

TRIBUNAL REPELE INSOLÊNCIA MALUFISTA

O Superior Tribunal Eleitoral confirmou a derrota irremediável da candidatura Maluf, ao rejeitar terça-feira dia 27 o truque sujo da "fidelidade partidária" no Colégio Eleitoral. Reafir-

mando o direito ao voto livre, até os mais furiosos se-quizes do malufismo admitem a derrota antecipada. E os generais acionam a manobra de retirada do poder. **Página 3**



EDITORIAL

Novos combates

O verbo da moda é desmalufar. Quem entrou neste barco furado anda encolhido, prevendo o naufrágio. E os dirigentes da campanha já não se entendem. Como último recurso ainda tentam agora obter a renúncia do trombadão que comanda o leme. Até mesmo o general Figueiredo, que ensaiou uma tournée pelo Brasil com Maluf a tiracolo, agora quer manter distância deste Rei Midas ao contrário, que transforma em lama tudo que toca.

Neste sentido, coloca-se como possibilidade quase certa a vitória de Tancredo Neves em 15 de janeiro no Colégio Eleitoral. Não que a oposição possa baixar a guarda e confiar que os generais respeitem o curso normal da sucessão. Isto depende da manutenção do povo mobilizado e da ampla unidade das forças que lutam por mudanças políticas no país.

A transição democrática que se almeja não se resume de forma alguma em colocar o representante das oposições na Presidência. Este será sem dúvida um passo importante. Até 15 de janeiro merecem a maior atenção as tarefas para concretizar esta conquista. E até 15 de março as que se fizerem necessárias para garantir a posse.

Mas se em todo este período, que pode-se dizer preliminar, Tancredo Neves é alvo do assédio impertinente dos atuais donos do poder, depois de empossado sofrerá pressões ainda maiores, embora mais camufladas talvez. E será também influenciado pela ala mais conservadora e vacilante da extensa frente única que o apóia.

O que pode impedir um acerto de cúpulas — visando mudar o mínimo e recusando o máximo de direitos e reivindicações do povo — é a presença massiva dos trabalhadores no processo político que se abre. A democracia, muito além da escolha de um presidente, será fruto da capacidade de organização e de luta das massas.

Processo semelhante ocorre nestes dias no Uruguai. Através de eleições diretas — apesar de realizadas sob condições ainda de grandes restrições à liberdade — o povo rechaçou cabalmente o regime militar imperante há 11 anos. Embora o aspecto principal deste processo seja a derrota dos generais, para alcançar a democracia os uruguaios têm ainda pela frente enormes tarefas. Um primeiro passo foi a imensa festa popular realizada pelo povo nas ruas antes, durante e depois do pleito, já rompendo os limites decretados pelo regime. Mas a tal ponto estão as coisas que logo em seguida ao processo de votação as forças repressivas já estavam nas ruas fazendo tropelias e perseguindo democratas.

No Brasil será um trabalho árduo remover os gravíssimos obstáculos ao desenvolvimento criados em 20 anos de tutela militar. Em cada repartição pública e em cada empresa estatal será preciso varrer a infiltração da corrupção e do mandonismo. Em todos os terrenos da economia será necessário dar combate cerrado à vergonhosa subserviência ao capital estrangeiro e à conseqüente exploração brutal dos trabalhadores.

O povo participará deste processo não para tentar um meio de ajeitar as mazelas do sistema imperante. Sua luta é para romper com as orientações até então vigentes e abrir caminho para novas transformações, em profundidade, tendo em vista fazer valer os interesses nacionais e dos trabalhadores.

Neste sentido, terá enorme importância no período depois de 15 de janeiro reforçar a discussão e a mobilização, em todos os locais de trabalho e moradia, em torno do programa mínimo a ser aplicado por Tancredo Neves e, em particular ao que já está sendo chamado "plano de 100 dias", com medidas de emergência para enfrentar a situação de calamidade em que se encontram o povo e o país.

URUGUAI BOTA FORA GENERAIS

As eleições no Uruguai, a festa do povo nas ruas e os estertores do regime militar, vistos pelo enviado especial da *Tribuna Operária*, Domingos de Abreu. Como os uruguaios receberam, de madrugada, na fronteira, os exilados políticos que se encontravam no Brasil. Senadores da Frente Ampla falam sobre o passado e o futuro do país. **Página 10.**



O povo de Montevideu tomou conta da avenida 18 de Julho, numa verdadeira festa democrática

Chilenos contra o exército de Pinochet

Nem os tanques nas ruas, as invasões de casas, os cercos aos bairros populares conseguem impedir a luta do povo chileno contra a sanguinária ditadura do general Pinochet. Na semana passada, durante a Jornada de Protesto, os trabalhadores pararam o país.



Foto Milton Mendes Filho

Trabalhadores rurais querem um novo Brasil

Na Bahia, em Minas e Goiás, os trabalhadores do campo realizam congressos e exigem mudanças. **Pág. 6**

Albaneses comemoram 40 anos de revolução

Com uma belíssima apresentação, pioneira no Brasil, de músicas guerrilheiras albanesas, a Associação de Amizade Brasil-Albânia assinalou em São Paulo, também pela primeira vez publicamente em nosso país, o aniversário da libertação nacional e da revolução popular na Albânia. Centenas de pessoas, entre as quais vários dirigentes de sindicatos e entidades populares, aplaudiram com entusiasmo as comemorações do 40º aniversário da libertação da Albânia. **Página 2.**



Goiânia diz que Polícia Federal é indesejável

Vereditores consideram delegado do Inquérito contra o PC do Brasil perseguidor. **Pág. 3**

Preso o major Albernaz, que torturou até crianças

Sua ficha inclui alguns assassinatos, mas foi preso sob acusação de estelionato. **Pág. 4**

Teste de força na greve da Ford em São Paulo

A multinacional quer destruir a Comissão de Fábrica mesmo que a greve dure um ano. **Pág. 7**

indesejável
CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Albânia festeja êxitos de 40 anos de revolução

Uma série de palestras, uma exposição e um ato solene registraram, em São Paulo, as comemorações do 40º aniversário da revolução socialista na Albânia, na semana passada. Os trabalhadores albaneses, por seu lado, comemoram o 29 de Novembro com desfiles e solenidades em Tirana, e anunciaram a superação de várias de suas metas econômicas.

Dyneas Aguiar abriu o ciclo de palestras sobre a Albânia Socialista, no Centro Cultural São Paulo, dia 26, discorrendo sobre a economia albanesa. Após falar da situação de profundo atraso econômico e social a que o país foi submetido durante séculos de ocupação estrangeira, Dyneas abordou os surpreendentes avanços alcançados após a expulsão das hordas fascistas italianas e alemãs pelos albaneses, liderados pelo Partido Comunista encabeçado por Enver Hoxha.

O palestrista destacou que o socialismo se constrói com

transformações econômicas e sociais radicais. E citou o exemplo do camponês atrasado, que só confiava nas vantagens apresentadas pelo trabalho cooperativista-socialista após a comprovação prática. Dizia o camponês que "primeiro a revolução nos deu a terra, com a reforma agrária. Eu aceitei, mas desconfiei — 'se estão dando, é porque depois vão nos tirar novamente a terra'. Daí veio a proposta de todos unirem suas terras na cooperativa. Eu pensei — 'já estão querendo a terra de volta'. Mas vi que a cooperativa

de fato aumentava a produtividade, e com isso a gente ganhava mais e nossa vida melhorava... Agora o governo socialista propõe que até a nossa vaquinha doméstica vá pra cooperativa... Eu já vendi minha vaquinha! Mas sei que a situação vai melhorar ainda mais com essa nova medida. Por isso estou disposto a comprar uma, e destiná-la à cooperativa".

Dyneas mostrou, assim, como o Estado operário trata os camponeses: "revelando-lhes na prática as vantagens da economia socialista, avançada, que traz bem-estar crescente para a população".

No dia 27 o jornalista Luís Manfredini falou sobre a educação na Albânia. Destacou que "a primeira característica do ensino albanês é o seu caráter público e gratuito", afirmando que a maioria da classe operária na Albânia tem o curso colegial completo. Manfredini deu um outro dado "gritante: antes da libertação havia apenas 380 albaneses com curso superior, e destes apenas sete eram mulheres. Hoje existem 30 mil estudantes universitários, sendo quase 15 mil mulheres".

No dia 28 houve palestra sobre a situação das mulheres e

da juventude no socialismo, realizada por Maria Socorro de Oliveira, Olívia Rangel e Antenor Lins. No dia 29, data da libertação albanesa, houve uma comemoração solene com a leitura de uma saudação da Revolução Albanesa pela Associação de Amizade Brasil-Albânia e apresentação de músicas pelo Sexteto Vocal de São Paulo, coordenado pelo maestro Roberto Casemiro.

"As músicas albanesas têm uma melodia agradável, tudo muito dolente", conta Roberto Casemiro. O Sexteto teve contato com a música albanesa através da AABA. "É uma língua estranha a todos nós. Mas a linguagem da música é internacional. Fizemos primeiro uma escolha pela melodia, pelo lado emocional. Depois as pessoas que conhecem a língua albanesa traduziram a letra. São músicas que falam da luta pela libertação da pátria", diz o maestro.

SUPERANDO AS METAS

Na Albânia os operários e camponeses trabalharam com redobrado empenho este ano. Os trabalhadores do complexo de automóveis e tratores em setembro superaram em 14,7% a produção prevista para os nove primeiros meses do ano. Os operários da marcenaria "Mismo Mame" também elevaram o rendimento do trabalho e superaram em 1,7% as metas de produção. Em Mati 12 mil cooperativistas superaram as metas na produção de milho. Também a colheita de tabaco em Vlora foi superior ao planejado. Diminuindo as despesas de produção e elevando o rendimento do trabalho, os trabalhadores em confecções de Shkodra superaram em 2,8% a produção prevista. E as obras de construção da Central Hidroelétrica de Koman — o principal projeto do plano quinquenal em andamento — superaram em 4,6% os planos previstos até setembro. Assim, com seu trabalho e empenho, e dirigidos pelo Partido do Trabalho, os albaneses garantem a soberania de sua pátria, ao tempo em que comemoram o 40º aniversário da revolução.



Policiais atacam crianças e trabalhadores nas ruas de Santiago

Repressão não intimida o povo chileno

Com os bairros pobres de Santiago cercados pela polícia e pelo Exército, centenas de populares encarcerados, censura feroz à imprensa e tanques de guerra circulando nas ruas das principais cidades do país, o Chile viveu na semana passada uma Jornada de Luta contra a ditadura do general Pinochet que envolveu inclusive uma greve no dia 29.

As manifestações contra a ditadura fascista de Pinochet e pelas mais amplas liberdades são cada vez mais constantes.

Passeatas, comícios-relâmpagos, manifestações nas universidades, jejuns e mesmo ações armadas contra os algozes do povo sucedem-se diariamente. Os protestos levaram inclusive a uma crise governamental, com a renúncia do Ministro do Interior, Sérgio Jarpa, e de todo o ministério. Jarpa acabou continuando no cargo, mas a farsa do "diálogo" com os setores mais conciliadores da oposição, ensaiada pelo governo, naufragou.

Pinochet apela para o mesmo recurso que o instaurou no poder em setembro de 1973: a repressão selvagem. O ditador vangloria-se de pertencer à infantaria, "que nunca retrocede", e esbraveja: "Há muitos que vivem sonhando com minha queda, mas eu ficarei no poder até 1989". O general ordenou o cerco dos bairros pobres de Santiago. Os belguens chegam logo cedo, cortam as linhas de eletricidade e telefônicas para impedir qualquer comunicação com outras regiões. Invadem casas, levam milhares de homens para estádios de futebol. Dos estádios, mais de 500 chilenos estão sendo deportados para regiões inóspitas do país, como Piságua. As mulheres percorrem terrível via-crucis em busca dos familiares — muitos estão sendo eliminados pela repressão. Garantem também a continuidade da luta contra a ditadura.

A cidade de Arica foi cercada pelos militares, suas casas invadidas, seu povo preso e degredado. "Não vamos tolerar qualquer movimento de oposição", comunicou o governo em

nota oficial dia 19. Nunca tolerou: 158 mil chilenos vivem fora de seu país desde o golpe de setembro de 1973. Destes, 4.942 foram ameaçados de morte pelos militares, caso retornem à pátria. Somente entre junho de 1983 e junho de 1984 — o que inclui o período do "diálogo" com a oposição — mais de 110 populares foram assassinados pelo governo.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Se o governo brasileiro do general Figueiredo continua em ótimas relações com Pinochet, nosso povo nunca negou solidariedade aos chilenos. Inúmeros chilenos exilaram-se no Brasil. No dia 23, vários brasileiros e exilados fizeram jejum em protesto contra a ditadura. Na semana passada, a Associação Brasileiro-Chilena de Amizade promoveu em São Paulo uma "Jornada pela Liberdade". O núcleo de Montes Claros, Minas, do Comitê Brasileiro pela Anistia enviou a Pinochet telegrama protestando contra a violência e tirania de seu governo e exigindo a libertação dos presos políticos e fim do Estado de Sítio.

Gaúchos promovem ato de apoio à Nicarágua

Para denunciar a política belicista do presidente Reagan e uma eventual invasão norte-americana na Nicarágua, 500 pessoas participaram de um ato público em apoio ao povo nicaraguense na Esquina Democrática, em Porto Alegre, no último dia 23. O ato foi convocado pelo Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central e contou com a presença dos partidos oposicionistas, entidades civis e sindicais.

A manifestação teve também a participação de artistas locais, entre os quais os músicos Raul Elwanger, Nélon Coelho de Castro e Jerônimo Jardim. Entre os oradores, que emocionaram com suas intervenções incisivas contra o imperialismo ianque, destacou-se a fala do representante do Comitê pela Legalidade do PC do Brasil, Edson Silva. Ele afirmou que "ao defendermos a luta do povo nicaraguense, estamos defendendo também a nossa liberdade e a independência de nossa pátria". Falaram ainda representantes do Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois e sindicalistas.



Dyneas Aguiar (microfone à direita) abre o ciclo de palestras. Acima, exposição sobre a Albânia

Solidariedade mundial para o povo lutador da Palestina

O último dia 29 marcou, em todo o mundo, o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. No Brasil, além de inúmeras atividades de apoio aos palestinos, e de condenação ao sionismo, o escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) lançou a revista "Palestina", que pretende publicar periodicamente, "perfeitamente consciente de que por trás do fuzil tem que estar a ideologia, e de que a bala não orientada se tornará uma bala perdida para a revolução" (pedidos da revista à OLP, SHIS, QI 17, Conjunto 8, Casa 8, Brasília, DF, CEP 70.279).

Em 29 de novembro de 1947, a ONU recomendou, pela resolução 181, a divisão da Palestina para a formação de um Estado judeu e um outro Estado árabe. Viviam na região 1.380 mil palestinos, mas 56,47% do território seriam destinados aos 700 mil judeus que moravam na área. Em 1948 foi proclamada a criação do Estado de Israel, mas o Estado árabe não chegou a ser criado. Pelo contrário, os sionistas de Israel passaram a desenvolver uma ação expansionista e arrasadora na área, fazendo-se de lacaios do imperialismo ianque no Oriente Médio.

ÓDIO RACIAL

Os dirigentes sionistas não escondem o ódio que cultivam contra o povo palestino. "Não há nada que possa ser chamado de palestino. Estes nunca existiram", dizia Golda Meir. Os sionistas sabem que mentem ao afirmar isto. Os palestinos

existem, por isso os sionistas buscam destruí-los.

Os 300 mil palestinos que permaneceram em Israel à época de sua criação transformaram-se em "cidadãos de segunda classe", não podendo trabalhar nas terras reservadas aos judeus, e nem podendo morar em cidades exclusivamente judaicas, além de estarem sujeitos às constantes provocações e matanças promovidas pelos bandos sionistas armados ou pelo próprio Exército israelense. Segundo a Cruz Vermelha Internacional, cerca de 300 mil palestinos passaram pelos cárceres sionistas. Atualmente estão presos uns 5 mil palestinos nas 17 prisões destinadas exclusivamente a este povo e no presidio de Nafnah, conhecido como "cemitério de homens vivos". De acordo com a Lei de Seguro Social — que garante ajuda governamental a toda família residente em Israel, conforme o número de filhos —, palestinos e judeus que tenham até dois filhos recebem a mesma quantia em dinheiro. Mas a partir do terceiro filho, judeus recebem mais do que palestinos. Uma família judia com seis filhos recebe 177,40 dólares de auxílio, enquanto que a família palestina com seis filhos recebe apenas 88,70 dólares. Independentemente disso, palestinos e israelenses pagam a mesma quantia ao Seguro Social... Atualmente estão submetidos ao jugo de Israel cerca de 2 milhões de palestinos.

ACAMPAMENTOS PERSEGUIDOS

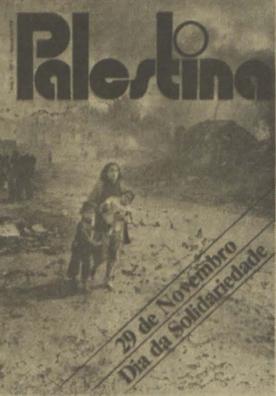
Centenas de milhares de pa-



Soldados sionistas atacam palestinos indefesos em Israel. Ao lado, a revista da OLP no Brasil.

lestinos, sem direito a uma pátria, espalhados pelos diversos países árabes ou mesmo pela América Latina, Europa, etc., combatem pelo direito de retornar às suas terras. Vivendo em condições subumanas em diversos acampamentos, sofrem mesmo assim ataques e bombardeios dos sionistas — como ocorreu recentemente no Líbano.

Em 1967, com a Resolução 40-32, a ONU declarava o dia 29 de novembro — aniversário da "partilha" da Palestina — o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.



"Até que este povo recupere seus direitos inalienáveis ao retorno, à autodeterminação e à criação de um Estado palestino em solo palestino, a luta continua", como afirma o representante da OLP no Brasil, Farid Sawan. (Carlos Pompe)

Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois

A BATALHA DA SUCESSÃO

Passeata de 5 mil jovens na Bahia "tancreda com alegria"

"A juventude da Bahia tancredeou com alegria". Com esta palavra de ordem, cerca de 5 mil jovens realizaram, no último dia 23, uma passeata no centro de Salvador. A manifestação foi organizada pela Juventude do PMDB, União da Juventude Socialista, União dos Estudantes da Bahia e União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. A alegria e a animação caracterizaram a passeata pró-Tancredo Neves, que contou com a presença do Trio Elétrico Tapajós — que fez autocritica após realizar o mesmo percurso contratado pelo comitê pró-Maluf e ter sido apedrejado pela população. O boneco do "Dr. Tancredo", caracterizado pelo artista Rodrigo Farias Lima, também fez sucesso. Estiveram presentes na manifestação inúmeras entidades populares e personalidades democráticas, entre elas: Marcelo Cordeiro, presidente do PMDB Regional; Waldir Pires, ex-consul geral da República, cassado em 1964; e os parlamentares Haroldo Lima, Luís Nova, Lidice da Mata e Ney Campello. (da sucursal)

Malufista do Amazonas "assina seu próprio suicídio"

Causou surpresa e revolta nos meios políticos o anúncio feito esta semana pelo deputado Erasmo Amazonas de que votará no "presidiável" Paulo Maluf. Erasmo é deputado estadual do PMDB no Amazonas e é membro da delegação deste Estado para votar no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro. Antes de ser eleito, Erasmo era um dos que mais criticavam Maluf e jurava amores a Tancredo. Logo depois mudou de posição oportunisticamente. Segundo denúncia, ele teria recebido Cr\$ 300 milhões em conta no Banco Noroeste, para "malufar". Após o anúncio, Erasmo recebeu uma bateria de críticas: o governador Gilberto Mestrinho afirmou que "o deputado assinou seu próprio suicídio"; o deputado João Pedro, do PMDB, o taxou de "um traidor do povo". Encurralado, o deputado oportunista chegou a anunciar sua saída do PMDB, afirmando que "se aceita ir para o PT..."

Moradores de Cruzeiro reforçam apoio gaúcho a Tancredo Neves

Com a presença de 200 pessoas, realizou-se na semana passada com grande sucesso o 1º Congresso Popular do Bairro do Cruzeiro de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. A iniciativa, pioneira no município, foi da Associação dos Moradores do local, em conjunto com várias entidades populares. O encontro contou com a presença de inúmeras autoridades, como o prefeito e o vice-prefeito da cidade e o vereador do bairro, Elói Frizzo, e de várias entidades, como a UAB, a União de Mulheres e da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil. No Congresso foram discutidos os vários problemas do bairro e debateu-se a questão sucessória: ficou decidido que os moradores de Cruzeiro apoiem o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, e entendem que para garantir o governo democrático é necessário o povo organizado e mobilizado. (da sucursal)

Delegado da PF treme com medo do movimento do povo

O desespero nas hostes malufistas está chegando a um nível que em nada fica a dever à paranóia. Um fato interessante ocorrido há pouco mais de uma semana ilustra bem a quantas anda o pavor de algumas figuras ligadas a este regime em desintegração. Foi contado durante a festa-comício na Freguesia do Ó pelo jornalista Pedro de Oliveira, da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil: "Fui chamado a depor na rua Piauí no inquérito em que me acusam de pertencer ao Partido Comunista do Brasil, e o delegado Venonesi, que preside o inquérito, entrou em pânico e interrompeu o interrogatório ao ouvir sons que confundiu com uma manifestação política. Tratava-se de um vendedor de frutas, que fazia propaganda de maçãs e peras em frente à delegacia".

Mulheres de Caxias do Sul realizam consulta popular

Visando contribuir na elaboração do programa de governo de Tancredo Neves, o movimento de mulheres de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, está realizando uma pesquisa popular nos bairros e entidades sindicais. Nesta consulta as mulheres darão sua opinião sobre duas questões: "O que é preciso ser feito para diminuir a nossa discriminação como mulher no trabalho, em casa e na sociedade?" e "o que é preciso ser feito para diminuir e acabar com o sofrimento de nossas famílias, de nossas crianças?". Várias entidades feministas estão promovendo a pesquisa, coordenada pela União de Mulheres de Caxias do Sul. As opiniões coletadas em urnas formarão um documento que será divulgado na Grande Assembleia Popular que se realizará no próximo mês. O documento será entregue ao candidato opositorista. (Abigail Vargas, presidente da União de Mulheres)

Povo impede prisão em comício na periferia de São Paulo

Numa demonstração de que o povo almeja amplas liberdades, realizou-se no último dia 24 um comício pró-Tancredo Neves no populoso bairro de Ermelindo Matrazzo, na periferia da capital paulista. Pouco antes do evento a polícia tentou prender um rapaz que vestia uma camiseta com os dizeres "Partido Comunista do Brasil". Na hora, os populares que se dirigiam ao comício reagiram: os soldados da PM foram cercados por inúmeras mulheres e moradores da favela e do bairro que impediram a detenção. "Democracia é como o pão de cada dia. A juventude repudia essa atitude da polícia querendo prender um jovem trabalhador só porque ele expressa suas idéias", comentou no comício um jovem do PMDB. (do correspondente)

Povo de Cuiabá também mostra que não malufa

O alardeado "comício pró-Maluf" de sexta-feira dia 23 em Cuiabá foi um fracasso, como aliás têm sido praticamente todas as iniciativas do malufismo desde a Convenção do PDS em agosto. O partido governista no Mato Grosso e o governador malufista Júlio Campos realmente fizeram de tudo para promover um grande comício, mas não conseguiram. Apesar de utilizarem toda a máquina do governo, de pressionarem os funcionários para que comparecessem, sob pena de serem demitidos ou não receberem os vencimentos do mês, apesar de enviarem até circulares para as escolas exigindo que diretores e professores levassem as crianças ao evento, para não falar da pesada propaganda na televisão, rádio e jornais, nos cartazes, faixas e out-doors, no show musical e bebidas grátis — a despeito de tudo isso o que conseguiram foi um público de 20 mil pessoas, menos que a metade das previsões dos organizadores.

Ônibus foram colocados à disposição para carregar gente na capital e no interior, mas logo os malufistas constataram que não seria fácil arranjar passageiros para eles. Em um bairro de Cuiabá, para onde foram três ônibus, um conduziu seis pessoas, outro três e o terceiro voltou completamente vazio.

Assim o público, apático, não batia palmas nem acompanhava as palavras de ordem puxadas pelo apresentador, que ficou rouco em vão. Muitas pessoas ostentavam abertamente botões de Tancredo Neves no peito e quando os deputados Amaral Netto e Agnaldo Timóteo falaram houve vaias.

Porém a confusão aumentou quando Paulo Maluf tomou o microfone e muitos populares começaram a gritar "Tancredo". O governador Júlio Campos, cumprindo uma promessa pública, mandou baixar o pau. Houve cerca de 40 prisões — feitas pelo numeroso policiamento que incluía desde tropas com escudos e grandes cassetetes até policiais federais disfarçados de pipoqueiros e camelôs. Os malufistas matogrossenses, que haviam prometido a seu candidato uma grande festa, estavam visivelmente constrangidos com o fiasco. (da sucursal)

Delegado da PF é persona non grata em Goiás

O delegado Marco Antonio Veronesi, da Polícia Federal de São Paulo, foi recebido como "persona non grata" em Goiânia, para onde se deslocou quinta-feira com a missão de interrogar duas vítimas da investida repressiva de 26 de outubro último contra o PC do B. O título foi conferido quarta-feira dia 27 pela Câmara Municipal da capital goiana, que expressou seu "mais veemente repúdio à presença em Goiás do delegado".

A deliberação dos vereadores goianenses foi assumida por unanimidade, a partir de proposta subscrita por 11 vereadores, de autoria de Euler Ivo Vieira. Na exposição dos motivos da atitude, destaca-se que a perseguição de cidadãos sob alegação de serem comunistas "não é atitude que condiz com o momento político que vivemos, em que se denuncia o fim do regime ditatorial e a conquista da democracia".

Desta forma confirma-se mais uma vez o fracasso da ação repressiva de outubro. Com ela o ministro Abi-Ackel, malufista extremado, almejava isolar os comunistas e criar um clima de golpe. Conseguiu exatamente o inverso, expondo à execração pública a conduta arbitrária da PF.

Justiça Eleitoral joga a pá de cal na candidatura Maluf

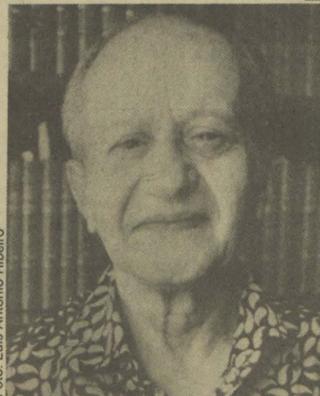
O Tribunal Superior Eleitoral frustrou definitivamente, no último dia 27, o sonho dos malufistas de "fechar questão" para obrigar os dissidentes do PDS a votar no candidato trombadinha. No mesmo dia, o Tribunal Eleitoral do Maranhão anulou a escolha dos seis delegados malufistas, feita em 25 de outubro sob intervenção da PF armada de metralhadoras.

O presidente do TSE, Rafael Mayer, foi taxativo, considerando que "é válido o voto de membro do Colégio Eleitoral dado a candidato registrado por outro partido político". A posição foi unânime no TSE. Uma pá de cal na candidatura de Maluf. Até adeptos empedernidos do candidato do regime, como Nilson Gibson e Rubens Ardenghi, pediram sua renúncia. Mas Maluf recorreu ao Superior Tribunal Federal, embora sem as mínimas chances de reverter o quadro sucessório.

No mesmo dia, também por unanimidade, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão anulou a escolha dos seis delegados da Assembleia Legislativa ao Colégio — eles eram malufistas, e foram impostos pela pressão das metralhadoras da Polícia Federal no dia 25 de outubro.

No plano militar, onde Maluf ainda apostava numa saída golpista, também parece que as aventuras "radicais de direita" abortaram. A tal ponto, que o desvaireado general Newton Cruz foi removido do Comando do Planalto para um cargo burocrático, para esperar a "aposentadoria". E os pronunciamentos dos chefes militares em 27 de novembro, apesar das rotineiras agressões anti-comunistas, foram marcados pela afirmação do "respeito à lei" e à decisão do Colégio Eleitoral.

Em outras palavras, o que se assiste é à morte da candidatura Maluf, representando, ao mesmo tempo, a ruína completa do regime militar. Na verdade, de forma diferente, aconteceu no Brasil o que já se viu na Argentina e Uruguai: os generais chegaram às eleições, pela pressão



Rafael Mayer: sem fidelidade no Colégio Eleitoral. Ao lado, metralhadoras malufistas no MA

de massas, tão desmoralizados que não têm nem ao menos condição de apresentar um candidato capaz de competir.

O regime derrotado "assimila" a vitória de Tancredo. Daqui para frente deve encetar novas manobras visando manter o máximo de posições e privilégios, e para sabotar o conteúdo democrático do novo governo a ser empossado em março. Os generais batidos saem da cena, mas nos bastidores tentarão por todas as formas continuar influenciando nos rumos do país.

MANTER MOBILIZAÇÕES

Dentro da oposição existem posições diferentes sobre a forma de impedir esta nova artimanha dos donos do poder. Ao povo interessa permanecer com a mobilização de massas e reforçar a exigência de um programa mínimo de governo democrático, dando ênfase à defesa da soberania nacional, à liberdade e ao atendimento das reivindicações mais sentidas dos

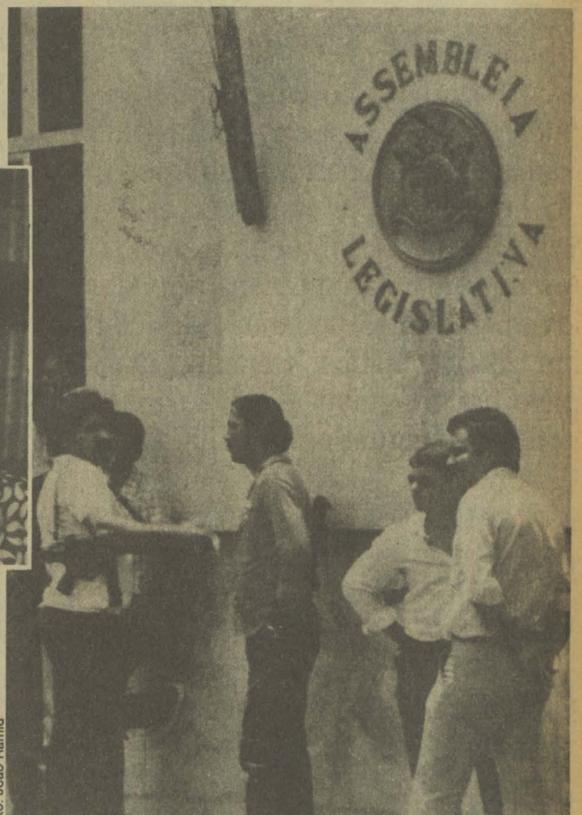


Foto: João Ramim

trabalhadores. Ou seja, antes de tudo, romper os acordos com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa até que a nação possa se pronunciar a respeito, convocar uma Assembleia Nacional Constituinte com a prévia revogação de todas as restrições às liberdades democráticas. E aplicar um programa de emergência em relação aos salários, habitação, transportes, desemprego, carestia de vida, capaz de aliviar, a curtíssimo prazo, as condições de vida do povo.

A defesa desta orientação, contra todas as investidas e sabotagens dos atuais detentores do poder, e, ao mesmo tempo, contra todas as vacilações dos setores burgueses da oposição terá cada vez mais importância no proces-

so político nacional daqui em diante.

Sem aliviar de maneira alguma a pressão para enterrar o cadáver insepulto do regime, o povo tem que discutir, desde já, as novas tarefas que o futuro próximo apresentará. Por isso a continuidade dos comícios, a realização das assembleias populares, a organização das massas nas fábricas, nos bairros, nas escolas e por todo lado permanecem como assunto da mais alta prioridade. Simultaneamente impõe-se manter a mais ampla unidade oposicionista, sem discriminar nenhuma corrente e nenhuma personalidade discordante do governo Figueiredo, visando garantir a vitória de Tancredo em 15 de janeiro. (Rogério Lustosa)

Um comício para bater a marca do milhão

Pelo menos um milhão na Praça da Sé. É essa a expectativa para o comício da próxima sexta-feira, dia 7, em São Paulo. A mobilização nos últimos dias é intensa e indica que essa previsão poderá inclusive ser superada. A presença organizada do povo na manifestação também deverá ser grande.

Um total de 83 comitês organizados em empresas e por pró-Tancredo (sendo 20 categorias profissionais) já

realizaram festas, mini-comícios e outras atividades de preparação para o ato. Até quarta-feira da semana passada, três milhões de panfletos haviam sido distribuídos; 350 mil cartazes estavam sendo colados e 10 mil faixas foram entregues a "comitês domiciliares". A convocação pelo rádio e TV foi iniciada segunda-feira.

Das manifestações realizadas, sobressaiu a festa-comício da Freguesia do Ó no dia 24 de novembro (mesma data em que, há quatro anos, o governo Maluf promoveu uma violenta pancadaria contra parlamentares e populares na região).

Cerca de 1.500 pessoas participaram do ato iniciado às 19 horas. Os atores Gianfrancesco Guarnieri, Raul Cortês, Rolando Boldrin, Flávio Guarnieri e as atrizes

Bárbara Bruna e Lisa Vieira fizeram uma encenação sobre a "panorâmica política de 54 a 84", onde lembram a repressão sem medidas desencadeadas pelos golpistas de 64, homenageiam os que "derramaram o sangue generoso" na luta contra o regime e, ao final, anunciam "singelamente que, por estarmos ligados à realidade, estamos com o dr. Tancredo".

Também participaram da festa-comício o prefeito Mário Covas, o vice-governador Orestes Quéricia, o presidente regional do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, o deputado federal Aurélio Pires, os deputados estaduais Valdemar Chubbacci, Benedito Cintra, Luís Carlos Santos e Sérgio dos Santos, do PT (que, no dia, foi vítima de uma brutal repressão da PM — veja o quadro), o administrador regional da Freguesia, Luís Paulino, José Maria Monteiro, membro da Executiva Regional do PMDB e o jornalista Pedro de Oliveira, representando a Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil — além de outras personalidades políticas e artistas da região.

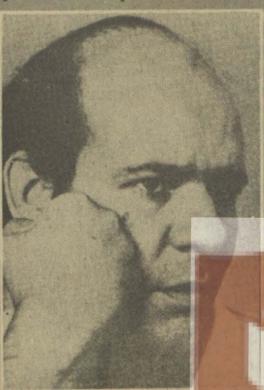
A tônica dos pronunciamentos foi o combate ao regime e a Maluf e o repúdio às arbitrariedades praticadas por policiais da PM contra o deputado estadual Sérgio dos Santos. Ao condenar a violência policial, o representante do PC do Brasil lembrou que o desespero ronda as hostes malufistas e afirmou: "O regime está em agonia, mas é como se estivéssemos matando uma cobra que ainda não teve sua cabeça destruída e por isso tem condições de morder. É preciso destruí-lo por completo". (Umberto Martins)



Guarnieri, Raul Cortês e Boldrin no ato da Freguesia do Ó

Nova edição da pancadaria

No mesmo dia em que estava sendo preparada a festa-comício no Largo da Matriz da Freguesia do Ó, teve vez, também, uma espécie de "reedição" da pancadaria promovida há



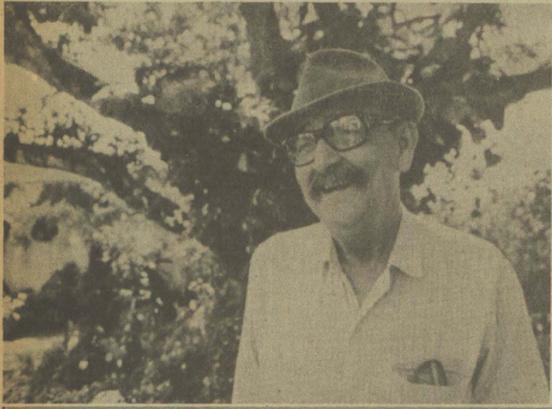
O deputado Sérgio dos Santos

quatro anos pelo governo Maluf. O deputado Sérgio dos Santos (PT), um dos organizadores do ato e por sinal uma das vítimas das agressões malufistas, foi preso e espancado por 15 policiais da PM, por volta das 15 horas, depois de ter o carro cercado por três viaturas e por homens armados com metralhadoras, no cruzamento da rua Turriassu com a avenida Pompeia.

O deputado foi retirado à força do veículo (um opala da Assembleia Legislativa, da qual Sérgio dos Santos é 2º secretário), agredido a socos e pontapés e obrigado a permanecer por 45 minutos dentro de um camburão, sendo depois levado para o 7º Distrito Policial. Os policiais ainda

forjaram um flagrante de maconha para tentar justificar a truculência. Os envolvidos foram afastados e, anuncia-se, serão punidos pela PM. Mas o fato revela, antes de tudo, a permanência na Polícia do Estado de pessoas que participaram diretamente e ainda estão comprometidas com a repressão brutal e aberta contra as forças democráticas e populares, reminiscências do governo Maluf e outros biônicos impostos pela ditadura. E denuncia, ao mesmo tempo, a facilitação do governo Montoro no tratamento dispensado a esses elementos, que ainda se sentem livres para exercer métodos de todos os tempos que visam manter a ditadura.

Brasil recorda exemplo do lutador Teotônio Vilela



Transcorreu, no último dia 27, o primeiro aniversário da morte do senador Teotônio Vilela. A data foi marcada por inúmeras homenagens ao grande democrata e patriota alagoano que, nos últimos anos de sua vida, tornou-se um símbolo da luta intransigente de todos os brasileiros em defesa da liberdade e contra a opressão do regime militar.



Debaixo de chuva, o povo do Conjunto Habitacional batizou-o com o nome do senador

Homenagem do povo de Sapopemba

Várias horas de chuva fria e insistente não conseguiram esfriar o ânimo dos moradores do grande Conjunto Habitacional de Sapopemba, na periferia Leste de São Paulo, batizado no último dia 25 com o nome de Teotônio Vilela. A festa cuja tônica foi o apoio à candidatura Tancredo se estendeu por todo o domingo, com samba, forró, esporte e discursos.

Quando a chuva caiu, às 15:30 horas, havia perto de 5 mil pessoas na festa. E cerca da metade, sobretudo os jovens, continuou participando e se divertindo, mesmo totalmente encharcados, até o final. No palanque era visível a admiração das autoridades, entre elas o prefeito Mário Covas e o secretário Arnaldo Madeira. E também a emoção de Maria Helena, filha do inesquecível Senador da Anistia, morto exatamente um ano antes. O vereador Walter Feldman, que encaminhou na Câmara a proposta de denominação do Conjunto, foi bastante aplaudido ao comparar a coragem e firmeza do povo presente às do "guerreiro Teotônio Vilela".

35 MIL MORADORES

O Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, gigantesco, tem mais de 35 mil moradores. De ocupação recente, concentra uma população essencialmente proletária e em boa parte desempregada, lutadora e visceralmente oposicionista. O Conjunto já acumulou certa tradição de luta — contra as prestações abusivas

do BNH, por exemplo — e conquistou algumas reivindicações — junto com o novo nome, foi inaugurada a iluminação pública.

Com as lutas avança também a organização. Em setembro foi criada a Sociedade de Amigos do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, presidida por José Antônio Filho e composta por moradores dos prédios, embriões e Pró-Morar. Logo se estruturaram um Departamento de Jovens e outro Feminino. E com a organização da festa a entidade passou por sua prova de fogo.

O POVO FAZ POLÍTICA

A programação abriu um bom espaço para as atividades de lazer, levando em consideração a dificuldade de o povo ter um dia de divertimento. Houve bola, corrida, capoeira e caratê, fanfarra, forró, samba e música sertaneja. Mas o povo fez da festa também um ato político, concentrado na disputa sucessória, com vaia para Maluf e palmas para Tancredo, como de hábito.

José Antônio, bom conhecedor do que pensa e conversa o povo do Conjunto, garante que não há dúvida, "é Tancredo mesmo". Ele relata que já começou a convocação para o comício de 7 de dezembro, assegurando que vários ônibus sairão lotados do Conjunto Teotônio Vilela e que a dificuldade não é esta: "Mobilizar para a política, hoje, é até fácil; difícil é organizar o povo. A gente precisa aprender a organizar mais".

A Assembléia Legislativa paulista realizou na terça-feira uma sessão solene em homenagem ao democrata alagoano. Presidida pelo deputado do PMDB Nêfi Tales, o ato contou com a participação de todos os partidos políticos (inclusive o PDS) e de diversas entidades populares e democráticas.

O auditório da Assembléia agora leva o nome de Teotônio. E a Câmara Municipal de São Paulo também reverenciou a memória de Teotônio com uma sessão solene na segunda-feira e mudou o nome do seu auditório para lembrar o senador.

Uma série de atividades culturais, artísticas e políticas foram desenvolvidas em Alagoas para lembrar a morte de Teotônio. Organizada pela Fundação Teotônio Vilela, por iniciativa do filho do senador, Theo Vilela, a homenagem ocorreu durante toda a semana passada.

No dia 26, foi exibido o filme "O Evangelho Segundo Teotônio", de Vladimir Carvalho, que, na ocasião, fez uma palestra sobre a censura. Dia 27, celebrou uma missa na catedral de Maceió o cardeal Avelar Vilela (irmão do senador) e houve a abertura solene da "Semana Teotônio Vilela", com a presença, entre outros, dos deputados federais Aldo Arantes, Djalma Falcão, Renan Calheiros, Sérgio Moreira, o prefeito de São Paulo, Mário Covas, além de diversas personalidades políticas do Estado. Dia 28, um painel sobre o Nordeste reuniu o deputado federal Miguel Arraes (PE), o empresário alagoano João Tenório e outros. E no dia 29, fechando a semana, o candidato das oposições, Tancredo Neves, lançou em Maceió a pedra fundamental do "Memorial Teotônio Vilela", projeto do arquiteto Oscar Niemeyer.



Newton Cruz agride o repórter Honório Dantas, diante das câmeras da TV

Brasília fica livre do general das emergências

"Agora podemos ficar mais tranquilos", comentou Tancredo Neves ao saber da notícia: o truculento general Newton Cruz não estará na chefia das tropas do Comando Militar do Planalto dia 15 de janeiro, quando o Colégio Eleitoral se reunir em Brasília. No último remanejamento nos quadros do Exército, dia 23, o general Figueiredo relegou-o para um inofensivo posto burocrático, a vice-chefia do Departamento Geral de Pessoal.

A remoção de Cruz, célebre por sua truculência antidemocrática, foi vista como um indicio de que não haverá novas medidas de emergência em Brasília na tentativa de coagir o Colégio Eleitoral. Ao que parece, o sistema militar no poder apercebeu-se de que não haveria jeito de evitar a vitória oposicionista no Colégio, mesmo soltando Cruz no Planalto, com seu porte mussoliniano e sua chibata. Os generais tratam, então, de recuar organizadamente, tentando manter o máximo de posições e, ao mesmo tempo, "segurando seus radicais".

Newton de Araújo Oliveira e

Cruz, efetivamente, passara a funcionar como símbolo do destempero ditatorial-militar. Celebrou-se, sobretudo nos últimos 12 meses, como aplicador das medidas de emergência decretadas por Figueiredo. Sob as emergências, Cruz mandou invadir uma escola de crianças, prendeu religiosos que faziam uma greve de fome, agrediu pessoalmente o deputado Aldo Arantes e Jacques Dornellas, investiu contra cidadãos que acionavam as buzinas de seus carros, ordenou uma desastrada operação militar contra a sede da Ordem dos Advogados e chegou a usar os punhos contra um radialista, diante das câmaras da televisão, para obrigá-lo a pedir "desculpas".

A carreira do general Cruz, porém, é longa. No episódio terrorista do Riocentro, segundo denúncia do jornal "Movimento", na época, partiu de seu escritório a ordem para suspender o policiamento no local do atentado. Na época ele era chefe da Agência Central do SNI e, como tal, esteve envolvido nos escândalos Baumgarten e Capemi — até hoje não apurados.

Distrito Federal e Conquista fazem Assembléias Populares

Brasília realizou, dia 23, sua Assembléia Democrática e Popular, com quase 50 entidades sindicais, estudantis, de moradores, partidos e cerca de 500 pessoas, reunidas no Clube Primavera, na cidade satélite de Taguatinga, para explicitarem o que querem do governo Tancredo Neves e do próximo governador do Distrito Federal (a ser designado ainda pelo presidente da República, segundo a legislação antidemocrática em vigor).

Os setores populares de Brasília definiram, entre as prioridades que serão encaminhadas brevemente a Tancredo Neves, que o Brasil deve romper os acordos com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa, de modo que o povo defina o que

e quando pagar. A exigência da Constituinte livre e soberana foi recebida com entusiasmo, assim como reivindicações locais democratizantes e de atendimento aos problemas mais afletivos do povo.

CONQUISTA COM TANCREDO

Vitória da Conquista, no interior baiano, também realizou sua Assembléia Popular no fim de semana passado, com uma maioria de moradores dos bairros periféricos e uma caravana de trabalhadores rurais de Lagoa das Flores. Realizada na Câmara Municipal, a reunião partiu de um debate promovido pela União de Mulheres de Vitória da Conquista e foi presidida pela presidente desta entidade, Sônia Mota. (das sucursais)

Major torturador do DOI-SP flagrado como estelionatário

Foi preso na semana passada por estelionato o major Albernaz, mais conhecido por suas barbaridades na tortura de presos políticos. Logo após o AI-5, o então capitão destacou-se como um dos mais ferozes torturadores do DOI-CODI em São Paulo, chefiando uma equipe de "interrogatórios preliminares", a "equipe do pau", como era conhecida pelos presos.

Albernaz sobressaiu-se, segundo relato de ex-presos políticos, por seu sadismo na tortura e foi responsável ainda pelo assassinato de prisioneiros como Virgílio Gomes da Silva e Joaquim Seixas. Foi denunciado também pelo dominicano Frei Tito, que mais tarde se suicidaria em Paris, abalado mentalmente pelo tratamento que sofreu nos porões do regime. Frei Tito conta, entre outras coisas, que o capitão mandava que abrisse a boca dizendo: "Toma a hóstia sagrada" e em seguida o submetia a choques elétricos na boca.

Um dos sobreviventes da tortura, Francisco Gomes da Silva, Chiquinho, irmão de Virgílio, falou à TO sobre os métodos da equipe de Albernaz: "Fui preso em



Virgílio, assassinado pelo torturador

meados de setembro de 1969. Na época eu era gari da Prefeitura. Eles queriam meu irmão. Dois meses antes eu tinha sido operado. Apanhei com um sarrafo chanfrado, fiquei com a calça encharcada de sangue. Depois passei na cadeira de dragão. Perdi a noção de

tempo, mas acho que fui torturado umas 12 horas. Pouco depois foram presos minha cunhada com três filhos pequenos, a menor com 4 meses, e Manuel Cirilo. Todos foram torturados. A pequeninha foi largada num corredor até ficar com desidratação. Os outros levaram choques e palmatória.

No dia seguinte vi chegar meu irmão, algemado e sob pancadaria. Nove horas depois ele estava morto. Lutou até morrer. Fui levado depois para a sala onde ele morreu. Estava toda manchada de sangue. Minha cunhada sofreu também torturas psicológicas. O Virgílio já estava morto mas eles gravaram os gritos dele e punham para ela ouvir".

TORTURA E SANGUE

Além de sevicar suas vítimas, os torturadores se apossavam de seus bens. Depoimentos de ex-presos mostram a extensão da prática de roubos, saques, extorsões e pilhagens dos encarregados da repressão. Um dos casos relatados pela advogada Eny Raymundo Moreira foi o de Joaquim Seixas, preso e assassinado na presença de seu filho menor, Ivan. Quando a mulher e os filhos de Joaquim

voltaram para casa, encontraram-na saqueada pelos mesmos responsáveis por sua prisão e assassinato.

Alex Polari, outro ex-presos, teve sua casa depenada. Um caminhão, segundo os vizinhos, levou geladeira, móveis, tudo. Dez dias depois de ser preso, ele viu seu carro incorporado à frota do DEOPS.

A corrupção nos meios repressivos continua até hoje. Quando a TO foi incendiada, policiais levaram não só 8.500 fotos, mas também uma teobjetiva, máquinas de calcular, etc. Na recente ação dos órgãos repressivos contra o Centro de Estudos Políticos e Sociais, o Instituto de Cultura Operária e Popular e residências de pessoas, o fato se repetiu. Os detidos viram inclusive a máquina de datilografar do CEPS ser usada para bater depoimentos na Polícia Federal. Do Icop levaram Cr\$ 8 milhões (até hoje não devolvidos) e mesmo garrafas térmicas foram surrupiadas.

Enquanto torturava, matava e saqueava, Albernaz permanecia nas boas graças do regime. Só foi preso porque, sendo major, usou farda de coronel numa falcatrua. (Olívira Rangel)



O prefeito Orlandi, presente na luta pela cultura dos explorados

Povo do Embu constrói seu Centro de Cultura Operária

Foi inaugurada, no último dia 25, a sede do Centro de Cultura Operária na cidade de Embu, em São Paulo, com um rico debate sobre a sucessão e a candidatura Tancredo Neves.

O governo municipal deu significativo apoio à solenidade. Estiveram presentes, além do prefeito Nivaldo Orlandi, dna. Conceição — secretária da Educação —, Gileno Bahia — secretário de Esportes e Turismo — e Conchita — secretária do Bem-Estar Social. Compareceram também o presidente da Câmara, Jorge de Souza, e vários outros vereadores da cidade; e ainda Eunício de Moraes — vice-presidente da Câmara de Ta-

boão da Serra —, Paulo Silas — presidente da União de Vereadores do Brasil —, diretores de Sociedades Amigos da região, os deputados Aurélio Peres e Benedito Cintra, Rogério Lustosa — da Comissão Pela Legalidade do PC do Brasil —, representantes da União da Juventude Socialista e da Juventude do PMDB.

Apesar de uma forte chuva, a sala estava lotada de trabalhadores, mulheres, jovens, demonstrando grande interesse pela nova entidade e pelo debate político. Na ocasião foi formada uma comissão organizadora para dirigir provisoriamente o CCO, presidida por Aduato Silva.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Legalização do PC do B

Passou-se um mês desde a investida da Polícia Federal contra os comunistas em São Paulo, Bahia, Pará e Goiás. Como tentativa de favorecer o clima golpista o bote não deu certo. Agora o processo toma outro rumo. Por um lado visa criar, desde o início, problemas para o governo Tancredo Neves. Por outro tenta colocar obstáculos à participação política do PC do Brasil na nova conjuntura nacional.

MUDANÇAS POLÍTICAS

Aos donos do poder interessa restringir as coisas ao âmbito da Lei de Segurança Nacional, apoiados na Justiça Militar. Isto é, proibir a atividade dos comunistas. Para a sociedade brasileira, em sua quase totalidade, trata-se de registrar uma mudança nos rumos do país: por um lado, proibir que missões internacionais de banqueiros, e do FMI, vasculhem o Banco Central e o orçamento nacional, e circulem no Palácio do Planalto decidindo sobre o que deve e o que não deve ser feito; além de impedir que torturadores e corruptos ocupem postos-chave na alta administração. Por outro lado, garantir o direito de todas as correntes de opinião pública se organizarem e difundirem as suas propostas políticas, inclusive o Partido Comunista do Brasil.

Os comícios em todo o Brasil já assinalam esta nova situação. As grandes massas aceitam e aplaudem a palavra dos comunistas, saúdam suas bandeiras vermelhas — e vão estrepitosamente Maluf, Figueiredo e o FMI. As próprias correntes da oposição burguesa sentem a necessidade de legalizar as organizações ainda confinadas à clandestinidade e concordam com a sua presença nos palanques, embora com certa relutância e temor diante das provocações da direita fascista.

ATIVIDADE REACIONÁRIA

A consequência lógica da campanha democrática para eleger Tancredo Neves é o avanço da luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional, assim como a Lei de Greve, de Imprensa e outros instrumentos do arbítrio. Na busca de uma Assembléia Constituinte, é da maior importância a batalha para que todas as correntes da opinião pública se façam representar livremente, com seus programas e seus candidatos próprios. Está, portanto, na ordem do dia, colocada pela própria evolução da luta política de todos os setores pela democracia, a legalidade do Partido Comunista do Brasil e de todas as demais organizações ainda ilegais.

É para colocar um obstáculo a este processo que a atividade da Polícia Federal deve se dirigir daqui em diante. E o processo em marcha desde 26 de outubro é parte integrante deste esforço. Outras provocações devem aparecer. Todas elas com o mesmo sentido e igualmente fadadas ao fracasso e à desmoralização.

PELA LEGALIDADE

De qualquer forma, é sabido que o reconhecimento legal dos comunistas não virá por si mesmo. No governo democrático a ser conquistado existirão empecilhos e relutâncias. Sem desviar-se do rumo geral da luta pela liberdade, pelo fim do regime e pela Constituinte, os comunistas terão, ao mesmo tempo, que lançar-se na defesa específica de seus direitos, dando prosseguimento à batalha pela legalidade já iniciada.

A questão envolve certamente aspectos jurídicos. Mas não é este o ponto central do problema. O combate será travado principalmente no terreno político. A legislação vigente é fruto do arbítrio. A participação de todas as correntes políticas, em plena liberdade, será por isto condição básica para a elaboração das novas normas, de conteúdo democrático.

(Rodrigo Lustosa)

Ofensiva entreguista com "Reforma Bancária"

Delfim Netto, Galvêas e Pastore estão pondo em prática uma "Reforma Bancária" de grandes proporções, seguindo à risca as instruções do FMI e do regime militar. Os assuntos são propositalmente relegados a um plano altamente "técnico" e executados na base autoritária dos decretos-leis. A "Reforma Bancária", como está sendo implantada, é uma ameaça de desintegração de nossa economia, uma pá de cal.

O setor financeiro é o ponto-chave de uma sociedade capitalista neste fim de século. É o setor mais privilegiado, que abocanha a maior parte da massa de lucros e que dirige, direta ou indiretamente, todos os empreendimentos econômicos. O governo Figueiredo está vivendo seus últimos meses — pelo menos é o que nossa população espera — e não se notabilizou pelo dinamismo e eficiência. No entanto quer fazer agora, a toque de caixa, uma verdadeira reestruturação do sistema financeiro brasileiro, alterando as finanças públicas.

A chamada Reforma Bancária está sob a direção executiva do Sr. Mailon Nóbrega, secretário do Ministério da Fazenda, que procura apresentar a questão como um fato "contábil" a ser decidido pelo Executivo. Nóbrega afirma com rematado cinismo: "Não há necessidade de passar pelo Congresso Nacional".

Essas afirmações são mentirosas. As medidas atingem toda a economia, visando enfraquecê-la. Temos de reconhecer que são manobras espertas, recheadas com propostas aparentemente justas, tais como "a unificação dos orçamentos", "tornar claro para o público o verdadeiro tamanho das despesas públicas". Elas procuram atrair os setores da alta burguesia com apelos à "desestatização", à "retirada gradual da intervenção estatal no mercado financeiro" e outras balelas.

Nem os empresários terão crédito a juros reduzidos

A implantação da reforma já começou, sem grande alarde, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), realizada na segunda quinzena de agosto. Pelo menos três medidas podem ser destacadas: as relativas ao crédito agrícola, ao crédito às exportações e à extensão do direito de comerciar moeda estrangeira para os Bancos de Investimento.

O CMN decidiu cortar os subsídios ao crédito agrícola. O crédito favorecido, a juros baixos, que já era escasso para o agricultor, foi suspenso até mesmo para os empresários agrícolas. O Banco do Brasil deixa de ser o grande difusor do crédito agrícola, que passa a ser um produto comum do mercado financeiro.

Além do enfraquecimento do BB, a medida acarreta um enfraquecimento da produção agrícola, em particular a produção de alimentos. Isso leva água no moinho da inflação e alastra a fome em nosso território. Todos os países do mundo aplicam subsídios fortes para suas agriculturas, a começar pelo Estados Unidos. Mas o FMI exige que os nossos subsídios sejam cortados, com a desculpa do aumento da despesa pública para cobri-los.

Corte inclusive das facilidades para exportação

Medida semelhante foi tomada com o crédito às exportações. O BB

As quebras de 1983
(evolução anual das safras de grãos, em milhões de toneladas)

Produtos	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1983 (sobre 1982 variação em %)
Soja	12,5	9,5	10,2	15,2	15,0	12,8	14,6	14,1
Milho	19,3	13,6	16,3	20,4	21,1	21,9	19,3	(- 11,9)
Trigo	2,1	2,7	2,9	2,7	2,2	1,8	1,9	5,6
Aroz	9,0	7,3	7,6	9,8	8,3	9,7	7,9	(- 18,6)
Feijão	2,3	2,2	2,2	2,0	2,3	2,9	1,7	(- 41,4)
Amendoim	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3	—
Total	45,5	35,6	39,7	50,6	49,3	49,4	45,7	(- 7,5)

Fonte: Fundação IBGE

Com o corte do crédito, o desempenho da agricultura será ainda pior

sempre foi a estrutura básica do crédito subsidiado às exportações. Mesmo considerando que o fator-chave para a expansão econômica está no mercado interno, as exportações são importantes devido ao caráter complementar das economias. O protecionismo e o subsídio são utilizados por todos e negá-los para os países fracos é impor a dependência.

Figueiredo está implantando essa manobra perigosa, chamada "desestatização do crédito às exportações": corta os recursos do BB e aumenta violentamente os juros para as exportações, enfraquecendo o poder do Estado e prejudicando a competitividade internacional. Não há dúvida de que produtos como automóveis, por exemplo, poderiam ter seus subsídios cortados, pois são peças no tabuleiro de matrizes e filiais de multinacionais; mas estender essa medida indiscriminadamente a todos os produtos é um gravame para o país.

A terceira medida tomada pelo governo está na área cambial, de grande impacto e vai denunciando os "verdadeiros" objetivos da "Reforma Bancária". Agora o governo permitiu, através de decretos e portarias, que os Bancos de Investimento possam negociar com moeda estrangeira — ou seja, especular com dólares, "oficialmente". Isso só era permitido para os bancos comerciais.

FMI manda abrir as portas para os bancos estrangeiros

A medida é grave porque representa uma "abertura de portas" para os bancos estrangeiros. É que os Bancos de Investimentos (que trabalham com empréstimos de médio e longo prazo, ao contrário dos comerciais que trabalham com dinheiro de curto prazo), segundo a legislação, podem ter 50% das ações comuns e até 33% das ações com direito a voto nas mãos de pessoas ou instituições estrangeiras. Um dado ainda mais estranho é que o mercado de câmbio é de curtíssimo prazo, fugindo das características dos Bancos de Investimentos. Mais uma vez trata-se de acatar as imposições do FMI.

Essas medidas ainda são "sopa" perto do que está sendo preparado para dezembro. Aproveitando do conturbado processo sucessório, Figueiredo quer mudar a estrutura econômica das finanças públicas.

As mudanças propostas são profundas: atualmente as finanças públicas estão totalmente interligadas, sendo difícil distinguir as funções do Tesouro Nacional, do Banco Central e do Banco do Brasil. Essas



Galvêas (ao lado de Clausen, do BIRD) abre as portas para bancos estrangeiros

três instituições compõem o corpo principal do monopólio do Estado sobre o capital financeiro, hoje controlado diretamente pela orientação do FMI. Com a "Reforma" anunciada há uma "separação de contas", que implica uma separação administrativa, enfraquecedora do atual monopólio do Estado.

Medidas radicais que facilitam o capital externo

O Banco do Brasil perde os recursos que recebe do Tesouro e do Banco Central, deixando de ser uma "autoridade monetária" e passando a ser um simples banco comercial como o Bradesco ou o Itaú. A dívida pública, gerada na dupla BB-Banco Central, é de responsabilidade exclusiva do Tesouro e de uma comissão do ministério da Fazenda. O Banco Central fica apenas com sua função de emissão de moeda e de agente no mercado para estabilizar a dívida pública. Os planos de fomento e auxílio econômico são totalmente tirados do BB e do pouco que tem no Banco Central e isolados totalmente no BNDES, vinculado à Secretaria do Planejamento.

Enfim são medidas radicais que alteram toda a estrutura da economia, visam a enfraquecer o Banco do Brasil (poderoso concorrente dos bancos internacionais) e desestruturar a intervenção do Estado na economia, enquanto abrem caminho para a penetração dos bancos multinacionais.

Plano de sabotagem para liquidar o Banco do Brasil

Não é à toa que estas medidas foram tramadas durante um ano e meio, a portas fechadas e sob orientação direta do FMI. Não podem ser boas para os brasileiros. Basta dizer que os "crescentos" que estão por trás são os senhores da terra.

chard, assessor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, e os consultores do FMI Keneth Sharp e Gil Díaz.

Um dos pontos-chaves da "Reforma" dos militares e banqueiros internacionais é a desestruturação do Banco do Brasil. Essa luta vem de longe. O BB é um dos 30 maiores bancos do mundo e representa um forte concorrente para os estrangeiros. Desde as primeiras ingerências do FMI o BB esteve sob fogo cerrado. A participação do Banco no total das atividades monetárias era de 23% em 1977; depois das cartas e pacotes caiu para 7% em setembro de 1984. Os empréstimos do BB ao público de janeiro a julho de 1984 aumentaram 56% apenas, enquanto a inflação ultrapassava 100% no período.

O Banco do Brasil é hoje uma das pilstras da economia brasileira. A chamada "desestatização" é na verdade uma desnacionalização. Os problemas de nossa economia não estão na sua estatização mas no caráter entreguista e antidemocrático do Estao. Com um Estado democrático e patriótico de fato, as instituições estatais passariam a ter controle do povo ou no mínimo uma fiscalização eficiente.

Entretanto não está fácil para o governo promover tamanhas modificações na economia. O regime está em decomposição, não consegue nada nem na economia nem na política. O PDS está estilhaçado, assim como o ministério transformado num balaio de gatos vorazes.

O próprio ministro da Agricultura, Nestor Jost, fez um violento ataque à Reforma preparada pelo seu colega Galvêas. Oswaldo Colín, não aceita que as mudanças sejam feitas por decreto-lei; como presidente do Banco do Brasil, está exigindo que passe pelo Congresso.

Os assessores de Tancredo Neves já se posicionaram publicamente contra uma mudança tão profunda feita a toque de caixa, sem um período de intenso debate e filtragem parlamentar. Portanto, há razões para esperar que esta "Reforma" engendrada pelo FMI tenha o mesmo destino que a candidatura de Paulo Maluf. (Luiz Gonzaga)

CEPS
Centro de Estudos e Pesquisas Sociais

promove
UM DEBATE NECESSÁRIO
A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

<p>Da 1016 DEMOCRACIA E SOBERANIA NACIONAL ENTRELACAMENTO NECESSÁRIO com</p> <p>Albi Arantes Deputado Federal PMDB - Co Câmboré Simões Vereador - PMDB - São Paulo</p>	<p>Da 1112 TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR com</p> <p>Clóvis Moura Sociólogo - Membro da União Brasileira de Escritores Renato Ribeiro da Comissão de Legalidade do P.C. do Brasil</p>
<p>Da 1212 CONSTITUINTE 1984-1986 O QUE MUDA? com</p> <p>Almeida R. Pereira Bastador Chefe da Revista Brasileira do Brasil Luiz Faria Vereador - PMDB - São Paulo</p>	<p>Da 1312 DEMOCRACIA E SOCIALISMO com</p> <p>Rogério Lustosa Membro da Triunfa Operária Edgar Carone Historiador, professor da USP</p>
<p>Da 1412 LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL com</p> <p>Assunto Faria Deputado Federal PMDB - SP Pinto Sara Secretário de Trabalho do EIL - São Paulo</p>	<p>Da 1512 A QUESTÃO AGRÁRIA com</p> <p>Paulo Fonteles Deputado Estadual PMDB - PA Francisco Graziano Prof. de UNICAMP e Membro da ABRA Renato Farias Jornalista Membro do Instituto de Cultura Operária e Popular</p>

Local:
Auditório do CEPS
Rua França Pinto, 330
Via Marília

Horário:
Todos os dias
início às 19:30 horas
informações:
Secretaria do CEPS
Domingos das
13:00 às 18:00 hrs.
telefones 525.24.19
CEPS
Instituição gratuita

R. FRANÇA PINTO, 330



Delfim com Rockefeller: ótimo entendimento

Mobilização nacional de trabalhadores

Os trabalhadores rurais acabam de realizar três grandes congressos estaduais: entre os dias 23 e 25 em Goiás e na Bahia, e nos dias 26, 27 e 28 em Minas Gerais. Em todos eles, a tônica esteve no decidido apoio ao candidato das oposições à Presidência, Tancredo Neves; na luta pela Reforma Agrária e pela reunificação do movimento sindical, com a condenação das tendências divisionistas e paralelistas que atuam entre os trabalhadores. Sem dúvida, constituíram um grande passo na organização do campesinato, ao mesmo tempo em que se tornaram exemplos para a boa preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, marcado para o próximo ano.

Fetag-Bahia aprofunda democracia interna

Um grande congresso estadual de trabalhadores rurais realizou-se entre 23 e 25 de novembro, em Salvador. Depois de 20 anos, reuniram-se 405 delegados de 165 Sindicatos de Trabalhadores Rurais de todas as regiões da Bahia, preparando o Congresso da Contag.

Suas resoluções demonstram aguda sensibilidade política. Os trabalhadores condenaram a política econômica do governo ditatorial — impingida pelas multinacionais e o FMI — reafirmaram a luta pela Reforma Agrária ampla, massiva, democrática e radical.

Na discussão da política nacional, apesar dos esperneios de setores sectários do PT, que queriam empurrar goela abaixo dos trabalhadores rurais a idéia de que Tancredo e Maluf são iguais, ficou evidente o grau de maturidade dos delegados ao Congresso quando decidiram "derrotar o regime e o governo no Colégio Eleitoral para iniciar a construção da democracia". Exigiram ainda a convocação da Constituinte livre e soberana em 1986.

O Congresso defendeu uma política agrícola voltada para o pequeno agricultor, com incentivos à produção de alimentos e hortifrutigranjeiros. Exigiu ainda autonomia e liberdade sindicais. Os trabalhadores rurais levantaram que o movimento sindical deve lutar pela melhoria das moradias e escolas, e sugerem que o Ministério da Educação inclua nos programas dos cursos de 1º e 2º graus matérias sobre reforma agrária, política agrícola e previdência social rural.

ENSINAMENTO BAIANO

Os ruralistas querem que a aposentadoria seja aos 55 anos para o homem e 50 para a mulher, considerando que começam a trabalhar desde criança. Sobre as construções de barragens, propõem a elaboração de um plano de reassentamento com a participação do movimento sindical. Para



José Francisco

o combate à seca, consideram que se deve construir barragens, açudes, poços artesianos e também canais a partir de rios perenes.

Uma grande novidade, reconhecida por José Francisco, presidente da Contag, como "grande ensinamento que a Bahia dá ao movimento sindical dos trabalhadores rurais", é que "a diretoria da Fetag passa a ser eleita em congressos que se realizarão a cada três anos, com os sindicatos reconhecidos ou não, dentro do princípio da unidade. O número de delegados será proporcional ao de sindicalizados em cada entidade".

OPRESSÃO DO LATIFÚNDIO

Durante o Congresso foram feitas graves denúncias. O presidente da Contag alertou que, enquanto 141 famílias em todo o Brasil detêm propriedades com mais de 100 mil hectares cada uma, 12 mil famílias não têm sequer um pedaço de terra para plantar; 86% da área cadastrada do país são controlados pelos grandes latifundiários.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina, oeste baiano, denunciou o regime de escravidão existente nas reflorestadoras da região. O presidente da Fetag, Aurelino Bastos da Guarda, afirmou que a Bahia é uma das campeãs da violência contra o trabalhador rural, com o total de 46 mortes em 1983 e nove este ano.

José Francisco, da Contag, afirmou que os trabalhadores têm buscado se organizar, e já conseguem algumas vitórias, barrando despejos e algumas desapropriações, mas isso a custo de muito sangue. "Não é à toa — disse — que o trabalhador rural ao lutar por seus direitos é assassinado. É uma maneira de intimidar e frustrar o movimento organizado da diretoria sindical." Além disso, acusou as autoridades governamentais de serem duplamente culpadas pela situação. Primeiro, porque não tomam conhecimento dos alertas que as entidades fazem para a iminência do conflito. E, depois, porque deixam os criminosos à solta. "Quem já viu um mandante desses crimes na cadeia?", indagou.

AMPLA LIBERDADE

Moções importantes, como a de "solidariedade ao povo chileno em luta", em que exigem o fim do regime militar no Chile e a conquista da democracia, foram aprovadas. Sobre o Brasil, defenderam "a mais ampla liberdade de organização política, onde todas as correntes políticas possam se manifestar e se organizar livremente, sem qualquer restrição".

As resoluções do Congresso da Bahia serão apresentadas no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, de 25 a 30 de maio do próximo ano. (Arthur de Paula, presidente do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola)



Plenário do Congresso Estadual da Bahia: pela democracia, com reforma agrária.

Minas defende nova ordem constitucional

O I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais reuniu em Belo Horizonte, entre segunda e quarta-feira, cerca de 700 delegados de todo o Estado para discutir e unificar as principais reivindicações e propostas para o IV Congresso Nacional da categoria. Ao lado da violência, baixos salários, baixos preços agrícolas e problemas sindicais, destacaram-se as questões da reforma agrária e da democracia.

"A classe trabalhadora é a maior interessada na redemocratização do país, porque fomos nós, trabalhadores, que carregamos o ônus desta política econômica maldada", afirmou José Francisco, presente à reunião. Com a perspectiva de vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, os trabalhadores rurais mineiros estão voltados agora para a forma como agirão no novo governo de transição democrática. A questão, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), André Montalvão, é definir qual a democracia que interessa aos trabalhadores. Para ele, é a democracia com reforma agrária, política agrícola voltada para o pequeno agricultor, fim do arrocho salarial e das violências no campo. E para isso aponta a ne-

cessidade de uma nova ordem constitucional no país, através de uma Assembleia Nacional Constituinte na qual todos os setores sociais estejam politicamente representados.

Os trabalhadores responsabilizam a política econômica do atual governo e do FMI pelo desemprego que castiga durante vários meses do ano mais de 6 milhões de bóias-frias.

Muitos trabalhadores rurais migram para outras regiões, principalmente São Paulo. São aliciados pelos gatos e mantidos às vezes em condições de semi-escravidão. "De dez anos para cá, a migração no vale do Jequitinhonha fez com que 50% da população migrassem para São Paulo. Houve um esvaziamento da região e agora lá só tem coronéis", conta Cici Quaresma, presidente do Sindicato do Vale do Baixo Jequitinhonha.

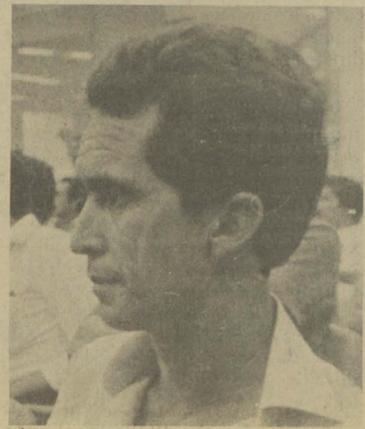
Outro ponto bastante discutido no Congresso foi o atrelamento do movimento sindical ao Estado através do título 5 da CLT. Os trabalhadores acreditam que só através da liberdade sindical haverá uma democratização plena do país, ao mesmo tempo em que condenam as tentativas de se criarem organizações paralelas e hostis aos Sindicatos. (da sucursal)

Em Goiás, um apelo à unidade sindical

Os trabalhadores rurais do Estado de Goiás, reunidos em Goiânia de 23 a 25 de novembro, por ocasião do I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, decidiram apoiar a candidatura Tancredo Neves. Ao mesmo tempo, reafirmaram a luta pela reunificação do movimento sindical, pela Reforma Agrária radical e condenaram as violências praticadas contra o homem do campo, em especial os posseiros.

O Congresso foi o coroamento de um intenso trabalho de discussão realizado em reuniões de base e em assembleias sindicais, nos municípios e nas 11 regiões em que foi dividido o Estado de Goiás. O resultado foi a participação de 226 delegados, representando 90 sindicatos — de um total de 99 que existem no Estado.

A abertura do Congresso estiveram presentes o deputado federal Aldo Arantes, o representante da Arquidiocese de Goiânia, Frei Marcos, o secretário-geral da Contag, Jonas, o vereador Euler Ivo, representando a Câmara Municipal, o representante da Comissão Estadual pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, Luiz Carlos Orro, o presidente da Fetaeg, Amparo Sesil do Carmo, e diversas entidades democráticas e populares.



Amparo Sesil

UNIDADE SINDICAL

O I Congresso posicionou-se firmemente contra o divisionismo e o paralelismo no movimento sindical e comprometeu-se com a luta pela reunificação do movimento sindical. "Os trabalhadores rurais entendem que é necessária a união de todos os trabalhadores brasileiros do campo e da cidade para que a nossa luta se fortaleça cada vez mais, pois só assim conquistaremos as nossas reivindicações", comentou o presidente da Fetag, Amparo Sesil do Carmo. Nesse sentido, foi sugerida a realização de um Congresso Nacional de Trabalhadores para que, nesse fórum, seja fundada uma verdadeira Central Única dos Trabalhadores, representativa de todas as correntes do movimento sindical.

Leia e assinie a Tribuna Operária

Irecê: o sertão grita por mudanças políticas

Trabalhadores, pequenos e médios proprietários, lideranças municipais e estaduais, parlamentares da Frente Liberal e do PMDB realizaram, no dia 26, o "Grito do Sertão", em Irecê. Pela manhã, 500 pessoas elaboraram um documento a ser entregue a Tancredo Neves, com as reivindicações da região. À tarde, 10 mil pessoas participaram de um comício do PMDB.

A proposta de realização do "Grito do Sertão" foi do deputado federal Haroldo Lima e depois aprovada na Comissão Regional do PMDB. "O objetivo do movimento é fazer um diagnóstico dos principais problemas da região e apresentar reivindicações concretas ao candidato Tancredo Neves", conta o deputado baiano.

PRATO SEM FEIJÃO

Último orador na reunião realizada pela manhã, Haroldo Lima destacou que Irecê é "o maior produtor de feijão do Nordeste, e comida no Nordeste é o feijão. O Nordeste vê que tem comida em seu prato quando tem feijão, e atualmente o seu prato não tem este gênero alimentício." Haroldo defendeu que o novo governo não poupe esforços para dar condições aos produtores de Irecê colherem super-safras já em 1985.

É possível colher grandes safras, dando crédito aos produtores e fiscalizando sua aplicação. Entre as principais denúncias dos plantadores está a falta de crédito. Na safra de 81-82, foram financiados 100 mil hectares de plantações, mas este ano apenas 11 mil hectares tiveram créditos. O Banco do Estado não financiou nenhum contrato em 1984.

Cerca de 16 mil pequenos produtores da micro-região de Irecê estão necessitando de 1.600 toneladas de feijão e 120 toneladas de mamona, além do desemprego estar aumentando na área. Esta situação já foi denunciada num documento de setembro, assinado pelas entidades de trabalhadores e produtores. Os agricultores da região, além de descapitalizados, não têm sementes para plantio, e a frota de implementos agrícolas se desfez em mais de 50% — tratores e implementos foram vendidos para Estados do Sul do



Haroldo Lima

país, o que se refletiu sensivelmente na área a ser plantada.

Irecê e sua micro-região é o resultado do plano do governo estadual de ocupação do semi-árido baiano, reunindo produtores vindos de quase todos os Estados nordestinos. No tempo de plantio e colheita havia muito emprego. Com crédito fácil, principalmente dos bancos governamentais, e juros baixos, tornou-se celeiro do

Nordeste em feijão e mamona, formando um grande parque agrícola. A concentração de terra é pequena em Irecê: dos 8 mil proprietários cadastrados, 6 mil são pequenos e médios. Porém na micro-região isso muda: 38% dos pequenos e médios proprietários ocupam 5% da terra, com um crescimento visível das grandes propriedades.

A dependência econômica dos produtores ao crédito dos bancos e do governo foi uma das causas que fez de Irecê, na eleição de 1982, o maior curral eleitoral dos latifundiários do PDS na Bahia, com 95% dos votos para João Durval e 5% para o candidato do governo pelo PMDB. O PDS vale-se de violência, perseguições e fraude para se manter no poder.

"O Grito do Sertão" serviu para despertar ainda mais o povo politicamente. Na reunião da manhã, um velho trabalhador destacou: "Nós vamos saber onde é que está o nosso direito. Os governantes não fazem nada por nós, mas compram trator, fazendas para eles. É preciso acabar com isso. Precisamos botar homem na Bahia, em Brasília. Por isso queremos votar direitos para mostrar o que a

gente pensa. Mas agora é Tancredo Neves, e não tem conversa".

O presidente do diretório municipal do PDS e ex-prefeito de Irecê, Joaci Nunes Dourado, filiou-se ao PMDB, junto com outro ex-prefeito, Ineny Nunes Dourado. Dos 13 vereadores eleitos pelo PDS em 1982, sete estão na oposição, quatro são da Frente Liberal e dois são malufistas, junto com o prefeito, que foi vaiado no comício. O curral foi arrebatado no momento em que o autoritarismo e a corrupção estão sendo batidos.

GOVERNO IRRESPONSÁVEL

As novas forças que se unem para mudar Irecê reivindicam no documento do "Grito do Sertão", entre outras necessidades, sementes para a micro-região, equiparação da faixa de produtividade adotada nos agentes financeiros locais, adequação do calendário agrícola, que o Banco do Estado da Bahia atue no crédito do custeio agrícola, etc.

No comício, o deputado estadual Luiz Nova chamou a atenção para um ditado popular que diz: "Terra boa, não dá para comer, dá para beber". "Terra boa sim, governo irresponsável não", concluiu. (da sucursal)



Assembléia no portão da Ford: "Não vamos deixar destruir o que temos de mais sagrado"

Ford investe contra a organização dos operários

"A Ford deixou claro na negociação que pode atender as reivindicações, mas que seu objetivo é destruir nossa organização interna." Após Lúcio Bellentani, coordenador da Comissão de Fábrica do Ipiranga, ter feito esta denúncia na assembléia do dia 27, os metalúrgicos deram o troco num só grito de guerra: "A greve continua, a greve continua".

A paralisação dos 2.500 trabalhadores da Ford do Ipiranga, na capital paulista, iniciou-se dia 20 passado, com os grevistas exigindo 20% de aumento real, reajuste trimestral de 100% do INPC, abono de emergência no valor do salário nominal, além de oito itens sociais. Nas primeiras conversações com os gerentes da fábrica ficou evidente que a greve se tornaria uma verdadeira guerra de guerrilhas. A multinacional americana admite ter condições de atender as reivindicações, mas confessa que quer desgastar a sólida organização interna dos operários, destruir sua representativa Comissão de Fábrica.

GRINGOS EXPLORADORES

Desta vez a direção da multinacional sequer apresentou a surrada desculpa da crise no setor para rejeitar as exigências. Neste ano a Ford investiu 78 milhões de dólares na unidade do Ipiranga para produzir uma nova linha de caminhão; já na unidade de São Bernardo do Campo foram investidos 250 milhões de dólares para fabricar o Escort, o carro mundial.

Esta produção destina-se, principalmente, à exportação. "Os gringos estão investindo muito no Brasil porque aqui encontram mão-de-obra barata. A Ford anunciou que vai desativar sua fábrica em Liverpool, na Inglaterra, demitindo milhares de operários. Ela prefere explorar os brasileiros pagando os salários mais baixos do mundo", denunciou Lúcio.

ARROGÂNCIA PATRONAL

"Nós temos condições de agüentar esta greve por um ano", afirmou, cinicamente, o diretor de Relações Industriais da Ford, Diogo Clemente, durante uma das conversações. Ele deixou claro que sua intransigência não é uma questão econômica, mas política; criticou o sindicalismo brasileiro e afirmou estar descontente com a atuação da Comissão de Fábrica. "Ela deve aprender a negociar, deve saber qual é seu devido lugar".

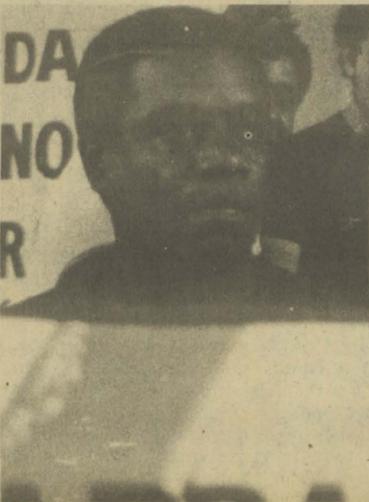
Luta salarial mobiliza aeroviários paulistas

"Se nós entrarmos em greve, nenhum avião decola ou pousa em São Paulo; e o tráfego aéreo fica prejudicado em todo o país", informa Oswaldo de Oliveira Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários paulista. A categoria, com cerca de 20 mil trabalhadores, encontra-se em campanha salarial, reivindicando INPC integral para todas as faixas salariais, 20% de reposição, aumento trimestral, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho. Nos últimos dias a mobilização esquentou: a presença nas assembleias aumentou, lotando o auditório da sede sindical; e é grande a discussão entre os

trabalhadores que são responsáveis por toda a infra-estrutura do aeroporto paulista.

A categoria dos aeroviários tem um peso estratégico, tanto que é considerada essencial, proibida pelo governo de realizar greves. O setor está ligado ao Ministério da Aeronáutica, e as empresas de aviação, que gozam das benesses do Ministério, agem com grande repressão sobre os trabalhadores. Até o ano passado, o Sindicato estava controlado por agentes patronais e do governo, que ocuparam a entidade em 1972, após o presidente eleito ter sido cassado pelos generais.

Além de enfrentar toda esta repressão, a categoria é vítima da ação de um bando de provocadores que tenta esvaziar a campanha salarial e enfraquecer a nova diretoria do Sindicato. Este grupo de sabotadores é formado por membros da diretoria sindical anterior, tendo à frente Evandro Cavalcanti, funcionário do despacho operacional da Varig e integrante da chapa situacionista derrotada em 1983. Ele conta com apoio dos empresários da aviação e de agentes da repressão. "Estes traidores distribuíram um folheto apócrifo, mentiroso, dentro do aeroporto, sendo que o Sindicato não tem condições de distribuir nem seus boletins informativos", denuncia Oswaldo, que conclui: "Eles querem esvaziar a campanha, mas não têm obtido êxito. Hoje a categoria confia mais no seu Sindicato e participa ativamente. Ela lutará por suas reivindicações e, se preciso, cruzará os braços para alcançar a vitória".



Oswaldo, presidente do Sindicato

PDS e Suruagy derrotados nas eleições para a Apal

A Chapa 1, *Unidade e Renovação*, venceu as eleições para a diretoria da Associação dos Professores de Alagoas (Apal), realizadas no último dia 22. Obteve 4.046 votos contra 3.816 da Chapa 2 — da situação. Foi uma vitória das forças democráticas e populares sobre as tendências mais reacionárias do Estado.

A eleição transformou-se no acontecimento político-sindical que prendeu todas as atenções de Alagoas, antes, durante e depois do pleito. De um lado, o governo do Estado, deputados do PDS e os "caciques" políticos e econômicos. Eles sempre mantiveram a entidade atrelada a seus interesses como fonte de poder político e, é claro, de votos.

Do outro lado, entrincheiraram-se as forças democráticas, partidos de oposição, setores progressistas, sindicatos, entidades estudantis, torcendo pela vitória da Chapa 1, *Unidade e Renovação*.

UNIDADE NA LUTA

Os professores partiram para esta eleição curtidos em muitas lutas. Aprenderam nas batalhas salariais dos últimos anos a saudável lição da unidade. E desde o Congresso dos Professores, em maio passado, a união solidificou-se entre as entidades e o conjunto da categoria.

Assim, dentro deste clima foi decidida a formação de uma chapa unitária. Em agosto, numa grande convenção — a maior já realizada pelo magistério alagoano — foi escolhida por aclamação a chapa *Unidade e Renovação*, composta pelas mais destacadas lideranças da capital e do interior forjadas nas últimas lutas da categoria.

À frente da chapa ficou Alba Correia, vice-presidente da Nordeste II, da Confederação dos Professores do Brasil, hoje a grande liderança da categoria no Estado. Os professores, calejados nas manobras do governo e do PDS nesse tipo de pleito, organizaram a comissão eleitoral que encaminharia as eleições em novembro.

Iniciada a campanha, o governo e os "caciques" do PDS se viram diante da primeira dificuldade: a falta de lideranças para compor uma chapa que pudesse se bater com *Unidade e Renovação*, já que os mais respeitados e destacados mestres integravam ou apoiavam a Chapa 1 e le-

A chapa 1, *Unidade e Renovação*, vitoriosa, apesar das manobras e das fraudes

varam para os colegas, em discussões nas escolas e nas diversas regiões dos Estados, as propostas e bandeiras de luta da chapa: unidade do magistério, autonomia da Apal, desatrelamento da entidade em relação ao governo e aos partidos (no caso, o PDS).

Só no último dia do prazo eleitoral, o governo conseguiu compor uma chapa para registro, que foi inscrita depois do prazo hábil legal. No entanto, graças a pressões governamentais, conseguiu na Justiça uma liminar para disputar as eleições.

A CAMPANHA

A Campanha esquentou e ocupava diariamente o noticiário da imprensa alagoana, enquanto prosseguia a luta salarial dos professores, sempre encaçada pelo pessoal da Chapa 1. Do lado do governo, intensificaram-se as pressões, seja através das ameaças de desemprego, reuniões de diretores de escolas e coordenadores de ensino do interior, forçando os professores a votarem na chapa governista.

O projeto de lei da equiparação salarial, fruto de uma vigorosa campanha do magistério, foi utilizado descaradamente como arma para chantagear a categoria. O projeto, de autoria do governo, permanecia engavetado e o presidente da Assembleia Legislativa viajava para o interior junto com o líder do governo para ameaçar os professores, argumentando que, caso a Chapa 1 fosse vitoriosa, a equiparação não seria votada.

Nos "currais eleitorais" o clima de intimidação era igual. Entretanto o grau de



Maria Alba Correia, a presidente eleita para a Apal

consciência dos professores, para desapontamento do governo e de seus "caciques", tinha crescido muito. A liderança de Alba Correia consolidou-se.

No arsenal de manobras do governo contra a Chapa 1, a fraude também foi usada largamente. Nos dois últimos dias do pleito foram registrados às pressas cerca de 2 mil "professores" (serventes e lavradores inocentes que até confessavam sua condição). Outros recebiam duas ou mais carteiras para votarem várias vezes na Chapa 2. Prefeitos do PDS pressionaram os mestres de várias formas. Na imprensa, como denun-

ciou o jornalista Dênis Agra (presidente do Sindicato dos Jornalistas), os boletins do governo recomendavam "destaque para a Chapa 2".

Apesar de tudo isso (e de ameaças de morte, decretação de feriado escolar na capital onde a tendência era grande a favor da Chapa 1, e de outros expedientes), a *Unidade e Renovação* sagrou-se vitoriosa. Proclamado o resultado, houve um carnaval. A reação, contudo, ficou desapercebida. O governador Suruagy e os "caciques" ameaçam com a anulação do resultado, mas não contam com nenhum apoio. (da sucursal)

Posseiros urbanos de Niterói discutem suas reivindicações

Realizou-se, no dia 24, sábado, o I Encontro pela Posse da Terra em Niterói. Mais de 800 posseiros urbanos, representando 20 bairros, participaram, denunciaram as tentativas de grilagem e ficaram desapontados diante da ausência de um representante do governo estadual que pudesse responder às reivindicações levantadas.

Apesar de atitude do governo Brizola, os posseiros presentes ao Encontro formaram uma comissão para encaminhar sua luta ao Palácio da Guanabara. Também ganha corpo a proposta de uma manifestação de grande vulto pela posse da terra, que já tem até sugestão de data: 27 de janeiro.

CARÊNCIA E MONOPÓLIO

Em Niterói, segunda maior cidade do Estado do Rio, a luta pela terra toma conta de quase todo o município — com 450 mil habitantes e cerca de mil famílias de posseiros, representando 15 mil pessoas.

Apenas uma família de grileiros, a dos Cruz Nunes, se diz proprietária de quase metade da área da cidade, embora não tenha escrituras para provar tal pretensão. Seu representante maior é o advogado Edésio da Cruz Nunes, ex-secretário de Segurança no governo Roberto Silveira (1958-62) e candidato derrotado a deputado pelo PTB em 82.

Acompanhado por cambangas e protegido pela omissão do atual prefeito malufista de Niterói, Valdemir Bragança, esse advogado anda pelos bairros da cidade derrubando casas e barracos e cobrando

arrendamentos indevidos pelos terrenos ocupados por trabalhadores, aposentados e viúvas. A família Cruz Nunes consegue tudo o que quer junto aos juizes, oficiais de Justiça, cartórios e órgãos técnicos da Prefeitura.

Escrituras e plantas são falsificadas com a mesma facilidade que as ordens de despejo são expedidas e executadas. A ação desta verdadeira máfia se estende a mais de 15 bairros, a maioria na região de Piedotiba e Piretininga. O presidente da Associação dos Moradores de Jacaré, Moreno e Cafuba, sr. Enoch, denuncia: "A família Cruz Nunes, nos últimos 30 anos, já fundou três firmas imobiliárias e vendeu os mesmos terrenos duas ou três vezes. Aqui mesmo, no Jacaré, o grileiro começou em 1973 querendo despejar 12 fa-

mílias. Com a nossa resistência e organização, hoje já temos mais de 3.500 habitantes no bairro e mais de 2 mil moradores cadastrados na Associação".

Um posseiro da região afirma que "existe um juiz em Niterói que ganhou dois lotes na estrada Celso Peçanha em troca de uma ação de despejo contra os moradores da Beira da Lagoa". Os posseiros, porém, resistem e estão organizados em todos os bairros em Associações de Moradores, cujo número aumentou de 28 para cerca de 70 desde agosto de 83. No último dia 21 de outubro, mais de 2 mil posseiros se concentraram no Largo da Batalha para protestar contra os grileiros e pressionar para a regularização de uma área em Viradouro onde estão 30 mil posseiros. (da sucursal)



Maria Lúcia, com o rosto desfigurado por seu próprio marido

Mulher torturada pelo marido serve de bode-expiatório

Na semana passada aconteceu um fato que chocou toda a população alagoana. No município de Messias, a senhora Maria Lúcia dos Santos foi brutalmente torturada por seu esposo, José Celestino. Após amarrá-la na cama, ele queimou todo o seu rosto utilizando um ferro quente (como se faz com gado), com as iniciais MGSM, que significa "Mulher Galheira Só Morta". Galheira é um termo popular que é dado à esposa que trai o marido. Essa atrocidade foi cometida pelo marido da vítima sob a alegação de estar sendo enganado pela mulher.

Atos animalescos como este mostram até que ponto chega a violência cometida contra a mulher em nossa sociedade. Se não bastasse a insegurança que enfrentamos nas ruas, podendo a

qualquer momento sermos esturpadas, o perigo também ronda vários lares onde as mulheres são tratadas como animais, muitas vezes bodes expiatórios das péssimas condições de vida a que está submetido o nosso povo.

Repudiando o ato de violência e solidarizando-se com a vítima, a União de Mulheres de Maceió está acionando uma campanha junto às instituições médicas, no sentido de recuperar o rosto da vítima.

Mais uma vez gritamos contra a violência, na certeza de que o avanço da luta e da organização da mulher no Brasil, juntamente com o povo, há de pôr um fim à discriminação e às injustiças sociais. (Tais Bentes Normande, presidente da UMMA - Maceió, Alagoas)



fala o POVO

A União de Mulheres de Maceió fez uma gravíssima denúncia, revelando em toda sua crueza a opressão da mulher: uma dona-de-casa foi marcada pelo marido, com ferro quente, como se fosse gado. O fato foi tão escandaloso que o próprio irmão do criminoso quis denunciá-lo à polícia. A União de Mulheres, por sua vez, resolveu fazer uma campanha junto aos médicos para recuperar o rosto da vítima.

A iniciativa foi justa e conquistou a simpatia da população, que não concorda com uma barbaridade deste calibre. Apesar de a discriminação do sexo feminino ser um fato co-

mum no Brasil, há limites. E o movimento pela emancipação da mulher tem se encarregado de ampliá-los cada vez mais. (Olivia Rangel)

Na atual conjuntura do Brasil, quem não apóia Tancredo malufa

Gostaria que a TO publicasse esta carta que escrevi para a "Tribuna Bancária" n.º 1.027.

A cada dia que passa, fica mais claro o descontentamento popular com o regime militar. Para pôr fim ao ciclo de duas décadas de autoritarismo, corrupção e entreguismo, uniram-se amplos setores sociais em torno da candidatura Tancredo Neves.

Os trabalhadores foram às ruas exigindo eleições diretas, mas, agora, por perceberem as dificuldades para alcançar as diretas, apóiam Tancredo no Colégio contra o governo, com decisão igual ou maior. Por outro lado, o regime se debate numa crise sem precedentes, tendo à frente a figura execrável do Sr. Paulo Maluf, campeão da corrupção e lídimo representante fascista. Por onde passa, tem de ser defendido por seus agentes de segurança da ira popular.

Só os cegos e míopes não enxergam essa realidade e proclamam uma pseudo 3ª posição de boicote ao Colégio. Essa postura expressa o idealismo e a mesquinhez daqueles que entendem política como um dom de professor dogmas, sem levar em conta as bruscas alterações

conjunturais. Fazem oposição desde já ao futuro presidente, esperando colher frutos no futuro. É uma doce ilusão oportunista, pois, se esse governo de frente única no início fracassar, quem poderá tirar mais dividendos será a extremadireita, que está também oposição.

Os bancários, assim como o conjunto dos trabalhadores, querem liberdade, por isso também apóiam Tancredo. Só a diretoria de nosso sindicato apóia timidamente o boicote. Essa posição tem levado ao imobilismo da categoria e à estreiteza na atuação sindical, pois a diretoria procura desviar o centro da luta política da sucessão para a luta econômica, navega contra a correnteza.

Conclamo esta diretoria, que sempre se colocou como representante da base, a consultá-la através de um plebiscito. Companheiros, o movimento social avança, polarizando-se em dois campos, um do continuísmo e o outro dos que lutam por democracia. Não há espaço para vacilação, objetivamente ou se está nas praças com o povo, ou contra ele. (Odair S. Soares - Faisca - funcionário do Cesec do BB)

Destilaria de Goiás demite 80 sem razão

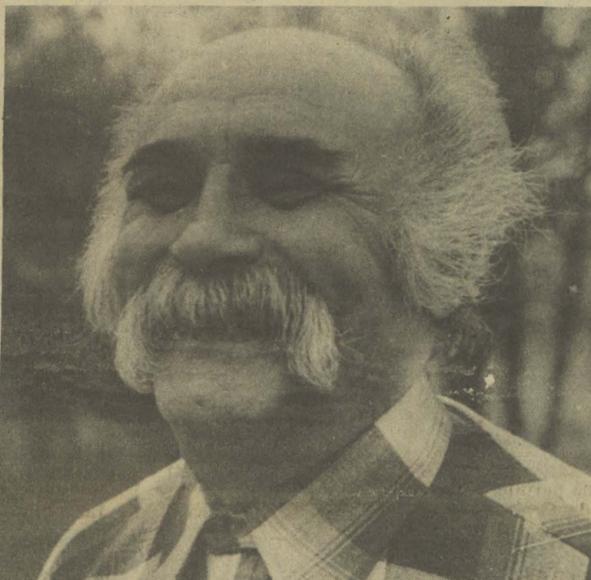
Foram demitidos, sem direito a nada, da empresa Destilaria Tocantins, do município de Tocantinópolis, Goiás, 80 bóias-frias que tinham sido contratados pela empresa cerca de um mês antes.

Além do trabalho forçado, a empresa não fornece nenhum equipamento de segurança aos trabalhadores. As manifestações dos lavradores, seu descontentamento com essa situação revoltante são contidos com ameaças.

Esta dispensa de trabalhadores implica aumento do desemprego na região, sobretudo na zona rural. Segundo Joaquim Juvêncio, delegado sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás — região norte, mais de 50% dos lavradores, por falta de terra para trabalhar e ausência de emprego nas fazendas, vive nas zonas urbanas, em sua maioria pais de família desempregados,

com ampla possibilidade de se tornarem marginais devido à miséria. A minoria que conseguiu emprego é na prefeitura municipal de Araguaina, como garis, recebendo a quantia irrisória de Cr\$ 57 mil por mês, menos da metade de um salário-mínimo. Não dá nem para uma pessoa sobreviver.

Descontentes com a situação em que se encontram, os trabalhadores resolveram procurar seu órgão legal de representação classista, a Delegacia Sindical da Fetaeg, onde obtiveram as orientações necessárias para o prosseguimento de suas lutas. Eles estão reivindicando seus direitos legais. Joaquim Juvêncio afirmou que só mesmo a organização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária, contra a violência e o arbítrio por fim a situações como esta e promoverá o bem-estar social e o desenvolvimento econômico do país. (J.R., correspondente da TO no norte de Goiás)



Diógenes, veterano lutador pela liberdade do povo

Reverenciando a memória de Diógenes Arruda Câmara

Vendo na última TO o convite para a homenagem a Diógenes de Arruda Câmara, senti enorme vontade de também participar, rever e abraçar Thereza, companheira de todas as horas, conhecer a filha de que ele tanto falava.

Infelizmente a distância torna isso impossível. Só me resta usar a tribuna desse jornal, projeto que Arruda tanto estimulou, para também reverenciar a memória deste velho amigo e lutador.

A sua presença em qualquer ambiente não passava despercebida. Logo se formava uma roda a sua volta, para ouvir atentamente suas opiniões, relatos e brincadeiras.

As brutais torturas a que foi submetido afetaram sua saúde

mas não conseguiram abater sua energia e alegria de viver. Sua memória era fantástica, não só para gravar os ensinamentos do marxismo-leninismo, como para conhecer em profundidade as características de cada pessoa. Não esquecia o nome de ninguém, nem os problemas e aspirações de cada um. Aliás, revelava grande preocupação com a formação do caráter do novo homem, de sua ténpera revolucionária.

Quanta falta nos faz Arruda! Mas seu exemplo de militância, seus escritos, sua atitude firme frente ao inimigo de classe são uma rica herança para todos nós que apenas engatinhamos na escola da vida política. (Ana — Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Bairro de Fortaleza lança comitê pró candidato único

Tivemos no dia 15 de novembro o lançamento do Comitê Pró-Tancredo Com Constituinte do bairro Henrique Jorge, que foi intitulado de "Espaço Democrático". Durante todo o dia foi feita uma votação simulada e foi instalado um serviço de som na Praça Central do bairro, onde se revezaram vários oradores entre populares e líderes do bairro.

Ao final da tarde foram apresentados dois filmes, houve declamação de poesias e foram lidos o vereador do PMDB Luís Carlos Paes e representantes de entidades, como Federação de Bairros, União da Juventude Socialista, Centro Popular da Mulher, Associa-

ção de Moradores do Bairro e Tribuna Operária.

O ponto máximo do dia foi a apuração dos votos quando se notava a ânsia dos presentes para saber logo o resultado; sorrisos e palmas quando saiu o resultado final: 529 votos para Tancredo (95,48%), 22 votos para Maluf (3,97%) e 3 votos nulos (0,57%). É importante ressaltar a indignação de alguns moradores quando perguntavam se os 22 votos do Maluf era gozação da mesa apuradora ou quanto as 22 pessoas teriam recebido para votar. Estes dados nos dão uma idéia do que ocorreria a nível nacional! Comitê Pró-Tancredo com Constituinte do Bairro Henrique Jorge - Fortaleza, Ceará)



Carlovan Porto, apresentador do ato que lançou a UJS

UJS lançada na cidade goiana de Anápolis

Foi realizado, no dia 10 de novembro, no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Anápolis, o lançamento da União da Juventude Socialista. O ato contou com a presença de Adalberto Monteiro, membro da Comissão Nacional da UJS, que falou sobre o socialismo e a juventude brasileira.

Logo em seguida houve apresentação do grupo

teatral formado pela fábrica de azulejos Cemina Fila Almondega, com a peça Papelão. Também estiveram presentes poetas. Para finalizar o encontro, que reuniu cerca de 90 pessoas, contamos com a apresentação do grupo musical Cio da Terra, da UJS, que animou o público por volta de 40 minutos. (Carlos Porto, Comissão da UJS em Anápolis, Goiás)

Viação Brasília demite trabalhador-estudante

A empresa de ônibus Viação Brasília, palco das maiores injustiças trabalhistas no sul do Ceará, inescrupulosamente demitiu do seu quadro de empregados o sr. Paulo Roberto Rodrigues Bulhões, motorista, universitário, cursando o quarto semestre de Geografia na Faculdade de Filosofia do Crato. Paulo tinha dois anos de bons serviços para com a empresa, sem uma falta sequer.

Durante o dia o referido motorista transportava passageiros entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato. A noite, com o mesmo ônibus, conduzia uma turma de universitários para a Faculdade do Crato e lá aproveitava para levar o tão sonhado curso à frente.

Indignado com o sucesso do acima citado, o diretor da empresa, não encontrando motivos para demitir o rapaz, apelou para uma medida suja e grosseira com o humilde funcionário. Determinou que ele passaria a prestar serviço em outra empresa e tinha que ser no horário noturno. Teria que viajar todas as noites de Crato a Fortaleza e vice-versa.

Apesar dos apelos de nosso colega, não houve qualquer alternativa para sua continuidade no serviço. Tal medida mostra o abuso de empregadores que usam suas posições para atrapalhar o futuro daqueles que desejam vencer na vida. (Jevan Siqueira Paiva, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia do Crato, Ceará)

Professora dá aulas sobre a mulher

Desde o início deste ano a professora e advogada Rachel Grazziotim abriu uma importante oportunidade para o estudo e discussão sobre a situação da mulher. Com apoio de outros docentes da Universidade de Caxias do Sul, ela ministra aulas de um curso regular no ciclo do curso básico da UCS sobre "A questão da mulher: uma abordagem histórica". O tema está sendo desenvolvido dentro dos itens: 1- origem da opressão; 2- revisão histórica da participação das mulheres nos

movimentos sociais no Brasil; 3- a situação das mulheres no trabalho; 4- a situação das mulheres quanto à educação; 5- a situação das mulheres na questão da saúde; 6- a mulher como elemento de conservação e emancipação.

Estão matriculados 120 alunos, dos quais 24 homens. A aceitação tem sido excelente. Já se pediu inclusive que o curso seja repetido no próximo semestre. (União de Mulheres Caxienses — Rio Grande do Sul)

Viração realizará seu encontro em Belém

Vai ser realizado, nos dias 14, 15 e 16 de dezembro, o IV Encontro Estadual da Juventude Viração, na sede campestre do Sindicato dos Gráficos.

O Encontro tem como objetivo discutir as propostas de Viração para o movimento estudantil e as lutas dos trabalhadores com as entidades, bem como estruturar a nova forma de organização

por área de Viração em cada escola. A coordenação provisória encarregada de preparar o Encontro está discutindo a programação para o mesmo, que abrange desde a Conjuntura Nacional até a cultura, assim como o lançamento da União da Juventude Socialista no Estado. (Augusto Vulcão, diretor da UMES - Belém, Pará)

"Cabra Marcado para Morrer" surpreende Festival do Rio

"Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho, foi o grande vencedor do Festival Internacional do Cinema no Rio de Janeiro. Um filme perseguido, escondido, e que agora é consagrado pelo seu valor artístico e pela denúncia que faz dos crimes da ditadura militar. Também um filme argentino sobre a Guerra das Malvinas foi premiado.

Em 1962 Eduardo Coutinho leu nos jornais notícia da morte do líder camponês da Paraíba, João Pedro Teixeira. Nesta época, ele integrava o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes — CPC da UNE. Junto com outros membros do CPC, partiu para a Paraíba a fim de fazer um filme sobre a atuação política do líder camponês morto.

1964, com a participação do povo da cidade como atores. A viúva de João Pedro, dona Elisabete, fazia o papel de sua própria vida — viúva do camponês assassinado e presidente da Liga Camponesa de Sapé. Mas os militares golpistas prenderam a equipe e todo o material de filmagem, que consideraram "subversivo". Dona Elisabete passou a viver na clandestinidade.

maior parte do filme já se encontrava no Rio de Janeiro, na casa de Eduardo Coutinho. A UNE e o CPC foram postos na ilegalidade. O próprio Coutinho se escondia no Rio, com os negativos do filme. Em 1981, 17 anos depois, ele voltou ao local das filmagens e reencontrou dona Elisabete, que continuava na clandestinidade e que desde sua fuga não via os nove filhos. Dona Elisabete voltou a Sapé, onde reencontrou a família e retomou sua luta.

O filme, então, mudou completamente sua história. Deixou de ser uma ficção sobre as lutas de um líder camponês para ser um documentário e um alerta, demonstrando que a perseguição movida pela ditadura vitimou de várias formas o povo brasileiro.

Com este trabalho, Eduardo Coutinho reconstituiu uma época recente de nossa vida e dá uma lição para quem não acredita no cinema nacional. Afinal, trata-se de uma obra que viveu a clandestinidade nos anos de ditadura e agora, no Festival Internacional de Cinema, TV e Vídeo do Rio, foi considerada uma das grandes, ao lado de filmes como o argentino "Los Chicos de La Guerra", que denuncia a vida de três jovens argentinos levados a combater nas Malvinas pela ditadura de Galtiere, e também o italiano "Piano Forte", baseado na vida de dois jovens dependentes de drogas no decadente capitalismo europeu. (Gerson Marques)



"Cabra Marcado para Morrer", clandestino por 17 anos

Campeonato Paulista volta a ter interesse para público e jogadores

Termina o Campeonato Paulista de Futebol da primeira divisão de profissionais e com ele recupera-se um consenso. O melhor campeonato, para os jogadores, os torcedores e para o esporte, é aquele no qual o melhor time é o campeão.

Depois de 12 anos de trucagens e alquimias, o futebol paulista voltou a ter um campeonato digno de sua grandeza. Vinte clubes disputaram em turno e retorno o campeonato de 1984 e saiu vitorioso o que acumulou maior número de pontos ganhos.

O retorno à antiga fórmula de disputa, que nunca deveria ter sido abandonada, proporcionou uma melhoria considerável na média de frequência de público nos estádios. Ao lado disso, a competição passou a atrair atenção redobrada, uma vez que todas as partidas e todos os resultados passaram a ter importância em todo o andamento do torneio.

A fórmula foi aprovada pela imprensa, pelos jogadores, pela maioria esmagadora dos torcedores e, por incrível que possa parecer, pela unanimidade dos cartolas, que prometeram não alterar os regulamentos nos próximos anos. Mas não bastou para sensibilizar a Confederação Brasileira de Futebol, que ainda não definiu, na íntegra, a fórmula de disputa do próximo campeonato nacional.

Com todo o reconforto que o campeonato possa ter proporcionado pela limpeza do critério de disputa, é forçoso constatar que os prejuízos provocados pela paquidérmica incompetência dos cartolas só poderão ser ressarcidos com muito tempo e muito trabalho. A evasão de rendas ainda é uma constante, tornando

longínquo o dia em que um recorde de público possa ser superado em São Paulo. O Pacaembu, por exemplo, tem seu recorde de público inalterado desde 1963, quando 73 mil pessoas assistiram a uma derrota do Corinthians frente ao Palmeiras. Depois disso, construiu-se mais um lance de arquibancadas com capacidade para receber mais 15 mil torcedores. Em pelo menos uma partida do Palmeiras e outra do Corinthians, o estádio estava completamente lotado. Mas as catracas registraram a presença de apenas 45 mil pessoas.

O nível das arbitragens, desgraçadamente, piorou na atual temporada. E o exemplo mais gritante fica por conta do jogo do Santos contra o São Bento, quando o árbitro Emídio Marques Mesquita somente deu por terminada a partida aos 60 minutos do segundo tempo.

E por último, também não se pode jogar confetes no nível técnico das equipes. O time que tem o melhor plantel, o São Paulo,

onde brilham astros do nível de Daryo Pereira, Careca, Oscar, Casagrande e Renato, em nenhum momento esteve na liderança da tabela. O clube que mais investiu, o Corinthians, contratando Dunga, Arthurzinho, Lima e João Paulo, somente nas últimas rodadas saiu das posições intermediárias. O Santos, que não disputou uma partida sequer com brilhantismo de campeão, tendo se prevalido da violência de seus zagueiros e dos milagres de Rodolfo Rodrigues, panteou a tabela da primeira à última rodada do torneio. E o Palmeiras acabou enrolado numa querrela de judicismo e cartolice em torno da acusação de doping contra Mário Sérgio.

Mas seria querer muito que, no mesmo ano em que os cartolas permitiram uma disputa séria, também o nível técnico fosse razoável. E os insatisfeitos podem ligar a TV nas manhãs de domingo. Vão descobrir onde é que se praticava o melhor futebol do mundo. (Jessé Madureira)



As arquibancadas paulistas voltaram a receber público

As querelas do Brasil na música de Tapajós

Os parceiros Maurício Tapajós e Aldir Blanc estão lançando um álbum duplo com 20 músicas irônicas e bem-humoradas. Nesse trabalho, só não são inéditas as faixas "Querelas do Brasil", consagrada por Elis Regina, e "Bonde", gravada por Cláudia Savaget. Entre as músicas novas, um fato curioso: o samba "Entre o Torresmo e a Moela", liberado neste disco, foi estranhamente censurado no disco do MPB-4. O álbum é lançamento da gravadora independente SACI, de Maurício, Aldir, João Bosco, Paulinho da Viola e Edu Lobo. Tapajós deu uma entrevista à Tribuna Operária:

nacionais, têm que dar um lucro estipulado pelas matrizes, e para isso contrabandeiam muita música estrangeira e impõem isso, porque o custo é zero, tudo já está pronto, é só vir a fita master debaixo do braço e prensar aqui, massificar e jogar nos veículos de comunicação.

Presidente não gosta de povo, gravadora não gosta de artista

TO: Como é comercialmente aceito um disco independente?

Tapajós: Todo mundo acha que um disco independente é coisa de um coitadinho que não tem outra solução. Mas o disco independente é na verdade uma alternativa pra você fugir da exploração da multinacional.

Tudo tem a obrigação de estar vinculado aos anseios do povo

TO: Em seu trabalho você se preocupa em acompanhar o processo político do momento. Quando o obscurantismo tomava conta do país, você fez "Pesadelo"; na época da anistia, compôs "Tô Voltando", e tem o trabalho que você desenvolve agora, ao lado de seus parceiros. Você acha importante a sintonia entre as criações do artista e as lutas democráticas e populares?

Tapajós: Acho. Tudo tem, não só a arte, a obrigação de se vincular com os anseios e aspirações do povo. A não ser que a gente queira enfrentar mais 21 anos de ditadura. Isso porque você faz política até não fazendo, permitindo que outras pessoas façam. E neste último disco eu e o Aldir apresentamos uma visão crítica e principalmente bem-humorada da forma em que a gente consegue ver essa realidade, gritando um pouco contra essa situação toda.

TO: Além de produzir o próprio trabalho, como vocês pretendem utilizar a gravadora independente SACI (Sociedade dos Artistas e Compositores Independentes)?

Tapajós: A gente pretende mostrar o trabalho de novos talentos e fazer tudo o que as grandes gravadoras não querem fazer. A gente faz sempre o inverso do que elas fazem, porque essas gravadoras não fazem nada, só copiam e procuram estandarizar tudo. E se este disco der algum lucro, isso vai ser reinvestido dentro da própria gravadora, porque nenhum de nós cinco vive disso, a gente vive da música da gente. Se tudo der certo, a gente pretende gravar um disco com Lúcio Alves, um outro com Mauro Duarte — um sambista de Botafogo —, um com Caboclinho...

TO: Como você explicaria essa marginalização da MPB atualmente? Inclusive, como denunciou o Zé Keti, tem gravadora que até fixou na parede o aviso "É proibido gravar samba"!

Tapajós: Isso é devido principalmente à colonização cultural que o país sofre, não só nestes últimos vinte anos, mas desde que nasceu. Um diretor de gravadora é muito parecido com o presidente da República: enquanto o presidente não gosta de povo, o diretor não gosta de artista. As grandes gravadoras são todas multi-

TO: Você participou ativamente da campanha pelas diretas-já. E atualmente, como você vem participando do processo político em curso?

Tapajós: Agora participo dos comícios pró-Tancredo Neves. Participo de tudo, contanto que seja no caminho da democracia. É obrigação a gente participar, embora eu tenha muitas restrições a muita coisa que está acontecendo, de não gostar de muita coisa.

Participo de tudo, contanto que seja no caminho da democracia

TO: O que você acha que o presidente eleito pela Aliança Democrática deve promover de mais urgente na área da música?

Tapajós: Em primeiro lugar o Tancredo deveria acabar com os incentivos fiscais das gravadoras multinacionais. Tinha de fiscalizar a execução de música brasileira nas rádios, penalizando as que não cumprem a chamada Lei Jânio Quadros. Teríamos que fazer vigorar em todo país um piso salarial do músico em três salários-mínimos, etc. Essas seriam algumas reivindicações básicas, mais emergentes, para que mude alguma coisa na área da música popular brasileira. (José Luiz Pompe)

Leia a revista PRINCÍPIOS

Militarismo — Um mal que se precisa remover. Artigo de João Amazonas sobre a predominância dos militares na vida política do Brasil.

Albânia — 40 anos de socialismo. Artigo de José Reinaldo Carvalho sobre as conquistas do povo albanês sob o regime socialista.

O intelectualismo pequeno-burguês uma tendência reformista. Análise de Nilton Tornero sobre a atuação da pequena burguesia.

Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia, por José Valdo de Oliveira.

E ainda textos de J. Stálin, Máximo Górkí, Internacional Comunista, V.I. Lênin e V. Mayakowski.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi, av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, 4º andar, sala 43 — São Paulo, CEP 01317, com o envio de cheque nominal no valor da compra.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.

Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: M132133 TLOBR.

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luz Pereira Lima, 237, sobrelaje. CEP 57000. Macalé: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Símon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.

Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44050 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47150.

SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40.000.

Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf). CEP 43.700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

29 - CEP 90000, Caxias do Sul: Rua Dal Canale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1501 - Cinelândia - CEP 20050. Niterói: Av. Marechal Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, 645, sala 4, Centro - CEP 26000.

SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avellar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Cruz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Pasto-Op, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúba, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.

Receba em casa a Tribuna Operária pagando apenas Cr\$ 450 por exemplar

Quando você faz uma assinatura semestral ou anual da Tribuna economiza mais de Cr\$ 50 por exemplar. Além disso, recebe seu jornal em casa toda semana, ainda ajuda imensa a operária, que depende do apoio dos trabalhadores para sobreviver e crescer. Assine a Tribuna.

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 50.000,00

Anual popular (52 edições) Cr\$ 25.000,00

Semestral (26 edições) Cr\$ 23.400,00

Semestral popular (26 edições) Cr\$ 11.700,00

Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

ESTADO: _____

PROFISSÃO: _____ DATA: _____

Envie este cupom para: CDM - Precos válidos por tempo limitado. Envie este cupom para: CDM - Precos válidos por tempo limitado. Envie este cupom para: CDM - Precos válidos por tempo limitado.

Uruguai: o renascer da democracia

Os uruguaios votaram pelo fim da ditadura militar em 25 de novembro. Diferente das outras eleições, a maior festa ocorreu às vésperas do pleito, quando o povo extravasou a sua alegria pelas ruas com o renascer da democracia. Milhares de exilados retornaram ao país. Uma professora, emocionada, exclamava: "Estamos revivendo".

Uma multidão incalculável tomou conta das ruas de Montevidéu na noite de 24 para 25 de novembro para extravasar uma alegria reprimida há mais de 11 anos. Quem conheceu a capital uruguaia nestes anos de ditadura, mal poderia acreditar naquela festa que parecia carnaval ou comemoração de vitória na copa do mundo. Entre bandeiras com as cores dos vários partidos e buzinas dos carros tocando estridentemente, o grito que mais se ouvia era "va se acabar la dictadura militar".

Toda esta alegria incontida tinha sua razão, pois as eleições significavam a retirada dos militares do poder depois de arrasar o país. Para se conseguir o direito de votar houve uma luta árdua, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade em manifestações gigantescas, paralisações gerais, greves de fome e o importante apoio da solidariedade internacional. Estas mobilizações abriram uma fresta na muralha da ditadura que agora vai sendo derrubada pedra por pedra, inexoravelmente.

A manifestação do dia 24 foi feita passando por cima da regulamentação eleitoral militar que não permitia qualquer tipo de atividade política, 48 horas antes do pleito. Mas como o regime iria barrar toda aquela multidão que atropetou a avenida 18 de Julho, a principal de Montevidéu? Desde crianças até velhos estampavam largos sorrisos onde antes predominavam os semblantes fechados, temerosos da repressão.

Apesar de muitos não poderem se candidatar por estarem proscritos ou presos, como é o caso dos líderes dos partidos Blanco e Frente Ampla, Ferreira Aldunate e o general Seregni, respectivamente, foi dado um passo importante no processo democrático. Elegeu-se o candidato do Partido Co-

lorado, Júlio Sanguinetti, que, mesmo sendo conservador e com posições anticomunistas, não é um homem do regime militar. O continuísmo da política do atual governo estaria com Pacheco Areco que, no entanto, não obteve sequer 10% dos votos, mesmo contabilizando as cédulas dos 60 mil militares que pela primeira vez votaram.

O novo presidente praticamente não poderá governar o país, em frangalhos, se não fizer um governo de unidade nacional. Os dois maiores partidos de oposição, o Nacional ou Blanco e a Frente Ampla (coalizão de vários partidos de esquerda), têm a maioria no Congresso e pressionarão para que seja cumprido o acordo chamado "concertacion nacional", firmado antes das eleições, no qual o partido que ganhasse assumiria o compromisso de adotar uma série de medidas básicas, políticas e econômicas.

Até 1º de março, data marcada para a posse, os generais poderão cometer ainda muitas arbitrariedades. Isso ficou evidenciado pela repressão violenta a uma manifestação no centro de Montevidéu, no dia seguinte às eleições, exigindo a liberdade de Ferreira Aldunate. Os comentários eram de indignação ante aquelas novas tropelias dos verdugos derrotados nas urnas.

A ditadura se prepara para abandonar o poder deixando atrás de si um país arrasado. Para o senador mais votado da Frente Ampla, o advogado Hugo Batalha, "aqui não há chefe de Estado, mas chefe de tribo", pois fecharam o Parlamento, calaram o Judiciário e perseguiram todas as forças que lhes faziam oposição. Batalha, que se notabilizou por defender dezenas de presos políticos, entre eles Raul Sendic, Liber Seregni e Lilian Celiberti, explicou à *Tribuna Operária* o sig-



Foto: Domingos Abreu

A população de Tacuarembó festejou a chegada dos exilados à cidade

nificado daquele momento: "Depois de 11 anos de ditadura, silêncio, obscuridade e repressão, o povo se lançou às ruas com alegria na convicção de que estas eleições significam a derrota definitiva da ditadura e um novo amanhecer para o país".

Um dos principais problemas a ser enfrentado pelo presidente Sanguinetti será a concessão de anistia a mais de 500 presos políticos que ainda permanecem nos cárceres. Desde 1973 foram presas e torturadas cerca de 55 mil pessoas — número altíssimo para uma população de três milhões. O agrônomo Roman Costa, um dos proscritos da Frente Ampla, exemplifica: "Depois de sermos campeões do futebol, somos o campeão mundial de torturados".

Heroísmo dos operários na luta contra ditadura

Coube aos trabalhadores o papel fundamental na conquista da democracia. Logo após o golpe, a CNT (central unitária dos trabalhadores) organizou uma greve geral de 15 dias. Junto com a repressão, a CNT enfrentou vitoriosamente as tentativas do regime de dividir o movimento operário. Em 18 de janeiro deste ano, uma greve geral paralisou o país e fez com que o regime marcasse a data das eleições.

Rosário Pietroroia, metalúrgico, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores em Metais (UNTM), preso durante mais de oito anos, barbaramente torturado perdendo uma vista, explica a importância do trabalho unitário: "Em 1980, o governo tentou enganar o povo com uma Constituição fascista, mas o povo disse não. Isto para o povo trouxe um grande ensinamento, pois viu-se que para conquistar a democracia era necessária a unidade. As manobras do regime para dividir o movimento sindical fracassaram".

A classe operária enfrentou com bravura toda a repressão. Vários dirigentes foram presos e outros mortos na tortura. Sindicatos foram transformados em prisões, como o dos Metalúrgicos. Ainda hoje se vêem os sinais, como grades nas paredes e armações de concreto onde se torturava, na sede da UNTM. Pietroroia ressalta: "As vezes ficamos surpresos de ver como os trabalhadores resistiram a um tratamento tão duro".

(Domingos Abreu, enviado especial)

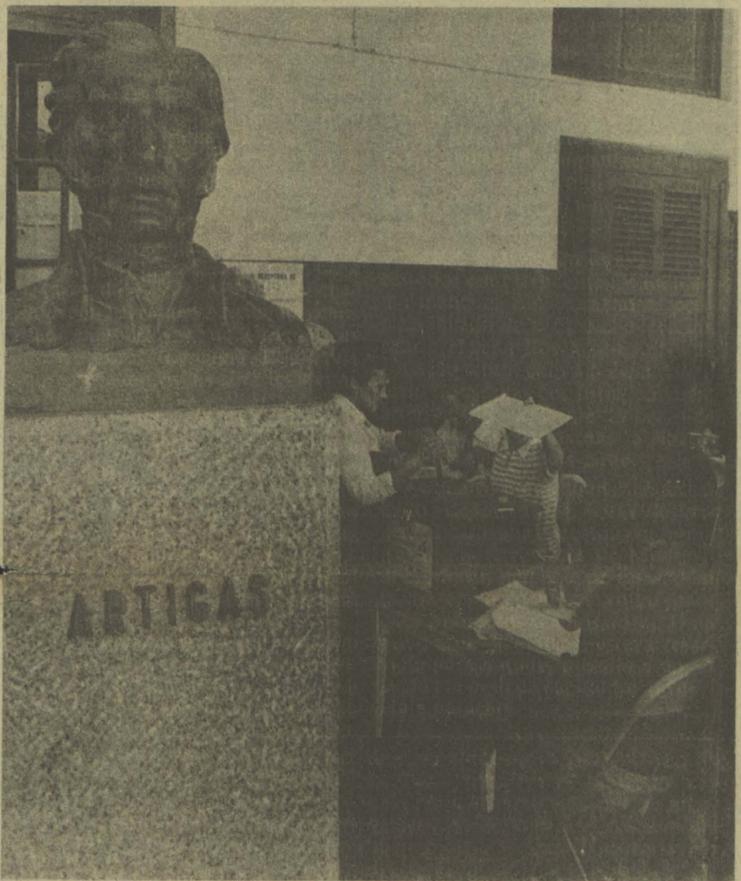


Foto: Domingos Abreu

Após 11 anos de ditadura militar, os uruguaios votaram pela liberdade

La Radio, a voz da liberdade

O jornalista, advogado e senador recém-eleito pela Frente Ampla José German Araújo se converteu num símbolo de resistência à tirania no Uruguai. Diretor da CX 30 La Rádio, única emissora que não se curvou diante da ditadura, foi preso 163 vezes por transmitir a verdade dos fatos. Recebeu vários prêmios internacionais pela sua contribuição na defesa e incentivo à liberdade de expressão.

Falando à *Tribuna Operária* na sede de sua rádio, após ser eleito com 125 mil votos, German Araújo contou sua experiência. "Eu assumi

a direção da rádio três meses antes do golpe de Estado. A partir do golpe começou a repressão. A resistência através da rádio se fez em três etapas.

"Primeiro, para falar indiretamente sobre o Uruguai citávamos a ditadura brasileira, argentina ou chilena, para poder concluir que o nosso modelo econômico e político era péssimo. Na segunda etapa, a partir de 1980, quando o plebiscito deu o triunfo do não, conscientemente nós furávamos o bloqueio da censura. Por esta causa fomos detidos muitas vezes".

"A terceira etapa iniciamos a partir da reabertura da rádio, depois de seu fechamento pelo governo. Em dezembro de 1983, fecharam a rádio definitivamente. Aí fiz uma greve de fome. O povo veio à rua durante dez dias até que a ditadura retrocedeu. Graças à mobilização interna e à solidariedade internacional a rádio foi reaberta. A partir daí desconhecemos totalmente a censura, supondo que as Forças Armadas não se atreveriam a fechar-nos outra vez".

A programação de La Radio se pauta por muita informação. Araújo tem três programas editoriais diários, com 20 minutos cada, e um de resposta às cartas dos ouvintes. Durante as eleições se tornou porta-voz dos candidatos mais progressistas.



Araújo, o recordista: 163 prisões



No dia seguinte às eleições o regime agonizante volta com seus velhos métodos, a repressão indiscriminada

A calorosa recepção à caravana dos exilados

A ditadura causou uma verdadeira diáspora de uruguaios pelo mundo. Calcula-se em mais de 500 mil, entre exilados políticos e migrantes econômicos. Às vésperas das eleições se organizaram caravanas em diversos países para o retorno à pátria. De São Paulo saíram cinco ônibus dia 21, com cerca de 200 uruguaios e alguns jornalistas. Acompanhamos esta emocionante viagem.

Na partida houve uma solenidade na Assembléia Legislativa, onde vários parlamentares opositores fizeram sua saudação. O deputado Benedito Cintra (PMDB) profetizava: "Aqui nós saudamos a tomada de Montevidéu por aqueles que realmente são seus verdadeiros donos". Alguns, impedidos de retornar, mesmo assim foram despedidos. Um motorista e dirigente sindical que havia saído da prisão em agosto e está em São Paulo tratando-se das seqüelas das torturas era um deles.

Nos ônibus a ansiedade era grande. Vários passageiros estavam há nove ou dez anos fora do país, para escapar da prisão. A caravana chegou em Livramento, cidade geminada com Rivera, no Uruguai, às quatro horas da manhã. E já havia um grupo de jovens com bandeiras e faixas para receber os exilados. Ana Bosh, nove anos de exílio, deixou dois filhos em Recife para retornar à pátria. Confessava que ao ver aquela manifestação sentiu um arrepiar de emoção: "Todo mundo te abraça. Nunca imaginei que ia entrar no Uruguai e ser recebida assim", conta Ana, que viajava junto com outra irmã também exilada.

A caravana ficou retida em Rivera durante dois dias devido à burocracia na alfândega, que procurava atrasar ao máximo a chegada à

Montevidéu. Em Tacuarembó houve uma recepção impressionante, ao entardecer. Os ônibus percorreram toda a cidade e no seu trajeto centenas de pessoas, nas ruas e janelas, traziam faixas e bandeiras homenageando os uruguaios que voltavam. Nelson, outro exilado político, exclamava: "É a coisa mais emocionante da minha vida". Ramon Fuentes comentava: "Quando eu saí do Uruguai havia muita repressão e deixei 35 companheiros presos. Depois você volta e tem uma recepção dessas, é muito emocionante".

Porém alguns não estavam interessados em recepção-los da mesma maneira. Em Durazno os policiais invadiram o ônibus e levaram Maria Helena Bosch presa. Numa situação tensa, com a polícia com o dedo no gatilho dos fuzis, ninguém arredou o pé da frente do posto de vigilância enquanto não a liberaram, uma hora mais tarde.

Às quatro horas da manhã de sábado, depois de 56 horas de viagem, a caravana encostou em frente à estação ferroviária de Montevidéu. Muitos mal podiam falar, com a voz embargada por voltar para casa após tantos anos fora. Uma nova dose de emoção estava reservada para a noite, quando a caravana chegou em peso da capital às ruas. Haja coragem!



Fundação Movimento Operário